

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 33ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.478

Declara de utilidade pública a Associação Lacre do Bem, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Lacre do Bem, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.479

Declara de utilidade pública a entidade Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores do Bairro Rural da Furna, com sede no Município de Carmo do Rio Claro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores do Bairro Rural da Furna, com sede no Município de Carmo do Rio Claro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.480

Declara de utilidade pública a entidade Assistência Evangélica Social, com sede no Município de Caratinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Assistência Evangélica Social, com sede no Município de Caratinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.481

Declara de utilidade pública a Associação e Comunidade de Adoração e Serviço ao Santíssimo Sacramento – Acasss –, com sede no Município de Caratinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação e Comunidade de Adoração e Serviço ao Santíssimo Sacramento – Acasss –, com sede no Município de Caratinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.482

Declara de utilidade pública a Associação Projeto Corrente Solidária MG, com sede no Município de Iturama.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto Corrente Solidária MG, com sede no Município de Iturama.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.483

Declara de utilidade pública o Centro Terapêutico Levanta Dorcas, com sede no Município de Perdigoão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Terapêutico Levanta Dorcas, com sede no Município de Perdigoão.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.484

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Família de Ouro, com sede no Município de Nova Serrana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Família de Ouro, com sede no Município de Nova Serrana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.485

Declara de utilidade pública a Associação Centro de Apoio e Valorização à Criança e ao Adolescente Paraopebense – Cavcap –, com sede no Município de Paraopeba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Centro de Apoio e Valorização à Criança e ao Adolescente Paraopebense – Cavcap –, com sede no Município de Paraopeba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.486

Declara de utilidade pública a Associação Missão Esperança – AME –, com sede no Município de São Félix de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Missão Esperança – AME –, com sede no Município de São Félix de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.487

Declara de utilidade pública a Associação Arca de Assistência Social – AAAS –, com sede no Município de Divino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Arca de Assistência Social – AAAS –, com sede no Município de Divino.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.488

Declara de utilidade pública a entidade Agência para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Senador Modestino Gonçalves e Vale do Jequitinhonha – Adisvale –, com sede no Município de Senador Modestino Gonçalves.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Agência para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Senador Modestino Gonçalves e Vale do Jequitinhonha – Adisvale –, com sede no Município de Senador Modestino Gonçalves.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.489

Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O *caput* e o inciso VI do art. 12-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentado ao mesmo artigo o seguinte § 6º:

“Art. 12-A – Fica estabelecido, para financiamento das ações do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, criado pela Lei nº 19.990, de 29 de dezembro de 2011, em especial para o pagamento integral do Piso Mineiro de Assistência Social e de acordo com o disposto no § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, com vigência até 31 de dezembro de 2026, o adicional de dois pontos percentuais na alíquota prevista para a operação interna que tenha como destinatário consumidor final, contribuinte ou não do imposto, com as mercadorias abaixo relacionadas, inclusive quando a alíquota for fixada no regulamento do imposto:

(...)

VI – perfumes, águas-de-colônia, cosméticos e produtos de toucador, exceto xampus, preparados antissolares, sabões de toucador de uso pessoal, preparações para higiene bucal ou dentária e fios dentais;

(...)

§ 6º – Os recursos advindos do adicional a que se refere o *caput* terão destinação mínima de 15% (quinze por cento) para o Fundo Estadual de Assistência Social – Feas –, podendo alcançar 20% (vinte por cento) em 2025 e 25% (vinte e cinco por cento) em 2026.”.

Art. 2º – Fica acrescentado à Lei nº 6.763, de 1975, o seguinte art. 12-B:

“Art. 12-B – Para fins da incidência do ICMS, a razão tipo *pet* é considerada bem essencial e indispensável, que não pode ser tratado como supérfluo.”.

Art. 3º – Fica revogado o inciso V do art. 12-A da Lei nº 6.763, de 1975.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente, após decorridos noventa dias da publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/9/2023

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite, da Deputada Leninha e dos Deputados João Vítor Xavier, Douglas Melo e Gustavo Santana

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Registro de Presença – Questão de Ordem – Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado João Magalhães; aprovação – Discussão, em 2º turno, do

Projeto de Lei nº 1.295/2023; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; rejeição; discurso do deputado Cristiano Silveira; Suspensão e Reabertura da Reunião; discursos da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Professor Cleiton e Sargento Rodrigues; apresentação das Emendas nºs 1 a 3; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; não recebimento da Emenda nº 2; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emendas; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição; leitura e votação nominal da Emenda nº 3; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.493/2020; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.196/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.964/2021; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.041/2021; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.505/2022; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 76/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 3; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.295/2023; aprovação – Declaração de Voto – Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.667 e 2.850/2021, 3.443/2022 e 78, 311 e 315/2023; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Vítório Júnior – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 10h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Bim da Ambulância, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Registro de Presença

O presidente – A presidência quer registrar e agradecer a presença dos alunos do 5º ano do colégio Santo Agostinho de Nova Lima. Sejam bem-vindos. (– Manifestação nas galerias.) É muito bom sempre receber a todos nesta Casa, especialmente os jovens, as crianças que são o futuro do nosso estado e o futuro do nosso país. Bem-vindos sempre.

Questão de Ordem

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje, 28 de setembro, é o aniversário de Campo Belo. É a minha cidade onde fui vereador, presidi a câmara, onde fui prefeito. É uma data importantíssima para todos os campo-belenses. Estão acontecendo lá hoje, pela manhã, os desfiles cívicos das escolas estaduais e municipais, o nosso tiro de guerra. É um momento em que todas as autoridades representativas do município estão lá para compartilhar este momento muito importante que é o aniversário da emancipação político-administrativa do município. E eu quero aqui dizer, em alto e bom tom, que o trabalho nesta Casa, o nosso compromisso vem à frente de qualquer compromisso político e até mesmo de uma comemoração importante como o aniversário da minha cidade. Por isso, eu quero deixar registrado aqui a todos os campo-belenses que não pude e não posso estar presente nas comemorações do aniversário da nossa cidade. Com toda certeza – eu tenho a consciência tranquila –, mandando recurso, ajudando as nossas identidades, o município, a nossa santa casa, que é uma referência para toda a região e que atende mais de 50 municípios, eu estou cumprindo com a minha obrigação de zelar pela segurança, de apoiar as nossas polícias, de colaborar com a população, fazendo o que há de melhor do meu trabalho em favor daquela terra querida. Portanto, muito rapidamente, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero que fique consignado na história desta Casa, nos anais, que, no dia de hoje, o deputado Duarte deixa a sua menção ao aniversário de Campo Belo pelos seus 144 anos. Tive a alegria de ser o prefeito da cidade de 2001 a 2004 e vereador de 1993 a 1996. Estando na Assembleia, como estou, tenho trabalhado muito por essa terra – o povo sabe e o povo confia. Eu quero, portanto, registrar o aniversário da nossa terra – 144 anos hoje. Estou aqui trabalhando por Minas e pelos mineiros também. Presidente, obrigado.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado João Magalhães em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.295/2023 seja apreciado em primeiro lugar, ficando mantida a ordem das demais proposições. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.295/2023, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Vem à Mesa requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 1.295/2023. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Rejeitado. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, nobres colegas parlamentares, deputadas, deputados, funcionários da Casa, público que nos acompanha, cumprimento os alunos do Colégio Santo Agostinho – não é isso, gente? –, que estão aqui presentes conhecendo a Assembleia Legislativa, o Parlamento. É importante esse exercício da cidadania. Eu costumo dizer que, tão importante quanto a gente se formar no futuro como bons médicos, bons engenheiros, bons professores, também nos formarmos como bons cidadãos, com consciência crítica, com consciência política, para participar das ações políticas. Este espaço em que nós estamos da Assembleia é onde nós, através do voto do povo... Fomos eleitos pelo voto da população, a maioria dos seus pais deve ter escolhido um de nós, ou não, para estar aqui representando a população e fazendo as leis, votando as leis que o governo encaminha e apresentando os nossos próprios projetos de lei, que são coisas que vão impactar a vida de todos nós. Então, no Poder Legislativo, que

é onde nós estamos – este é o Poder Legislativo –, são votadas as leis, são apresentadas as leis e aqui é feita a fiscalização. Então sejam bem-vindos. Aproveitem bastante a participação nesse processo.

Hoje vocês estão aqui acompanhando o momento de um debate importante para toda a população do Estado de Minas. Nós estamos votando aqui, meus amigos, projeto que trata de aumento de impostos. Vocês sabem que, no nosso país, nós temos uma carga tributária muito alta, paga-se muito imposto – existe uma estimativa que diz que o brasileiro trabalha em média quatro meses por ano somente para pagar impostos. Se você conversar com o seu pai, ele vai dizer que ele tem que pagar o IPVA, tem que pagar ICMS, tem que pagar IPI; ele paga Cofins, ele paga Imposto de Renda. Quando o amiguinho que está aqui vai consumir um Danone, uma bala, um refrigerante, ali tem imposto embutido – muito imposto. É claro que imposto é importante, porque a prestação do serviço público se dá através da arrecadação de impostos no nosso país.

Ninguém gosta de pagar imposto, é verdade; eu não gosto, e ninguém gosta, mas a gente sabe que eles são importantes para garantir prestação de serviços como segurança, saúde, a própria educação pública, assistência social e por aí vai. Agora a questão que tem que ser discutida é qual o modelo tributário nós precisamos buscar para que seja um modelo que, de um lado, garanta arrecadação suficiente para a prestação do serviço público e que, de outro lado, não onere demais o contribuinte que, como eu já disse, já é muito sacrificado – muito sacrificado.

Dessa forma, o governador de Minas encaminhou um projeto aqui propondo um aumento do ICMS de alguns produtos que ele chama de itens supérfluos. A primeira parte da nossa discussão é para poder fazer a seguinte pergunta: o que são itens supérfluos? Vocês, amigos estudantes que estão aqui acompanhando, alguns de vocês devem ter telefone celular, não é? Vocês têm? Têm, não é? O papai e a mamãe também têm os telefones celulares, assim como os professores que estão acompanhando vocês têm telefones celulares. O governador de Minas está dizendo que celular é item supérfluo e, portanto, pode aumentar o imposto sobre o preço do celular. Amiguinhos, vocês sabem que celular não é uma coisa barata, não é? E, se o projeto que está aqui for aprovado, ele vai ficar mais caro. O celular que o papai usa para conversar com vocês, para saber como vocês estão, onde vocês estão; que a escola usa para comunicar com vocês, para vocês acompanharem o processo pedagógico, o governador quer tornar esse aparelho mais caro. (– Intervenção fora do microfone.) Eu também acho um absurdo!

Os colegas deputados aqui precisam olhar para vocês. Está vendo, gente? Até as crianças sabem que isso não é correto! O celular não é item supérfluo. É claro que o menino pode usar ali para um entretenimento que também é importante para a formação da criança, mas, mais do que isso, o aparelho celular, esse equipamento hoje é fundamental para o trabalho das pessoas. É possível que os pais de muitos aqui trabalhem com o celular, trabalhem de forma remota, trabalhem à distância. Vocês sabem que, quando o papai e a mamãe pedem comida pelo iFood, esse alimento chega na casa de vocês porque aquele trabalhador, o entregador, lá na ponta, ele usa isso aqui para poder trabalhar, para poder ser contratado. E são trabalhadores, na maioria das vezes, pessoas pobres.

Esse material, o celular, é perecível. Às vezes, a vida útil dele não dá um ano, se cair estraga. Isso aqui lamentavelmente é muito furtado. Então como fica a situação dos trabalhadores do aplicativo, do iFood, o trabalhador do Uber com o aumento do equipamento celular, que é fundamental para o trabalho dessas pessoas? Colegas parlamentares, não façam isso! Não onerem ainda mais os trabalhadores que trabalham 12 horas, 16 horas, 18 horas. Às vezes eles sofrem acidentes, são roubados. Não façam isso! Há outras formas de garantir recursos para a política pública, para o Fundo de Erradicação da Miséria.

Hoje Minas Gerais abre mão de muitos bilhões de reais através dos regimes especiais de tributação, através das isenções fiscais. Há setores que, lá atrás, no passado, receberam o benefício de redução de imposto, e o governo nunca fez a revisão. Será que é necessário aumentar a carga tributária de quem já paga muito em vez de fazer uma revisão de quem paga pouco, pois o benefício, quando foi concedido, talvez já não seja mais necessário? Esse é o debate que interessa ao povo de Minas Gerais.

Então eu digo: estão chamando o aparelho celular de item supérfluo, esse, que o motorista de aplicativo usa; esse, que o entregador de comida usa; esse, que o motorista do Uber usa. Quantos milhares e milhares de trabalhadores usam isso aqui, gente,

para levar o sustento para a casa? Vejo que há outros itens que estão sendo chamados de supérfluos. As deputadas mulheres, me escutem. Itens que são considerados supérfluos por este governo são itens que compõem o trabalho, por exemplo, das companheiras manicures, que são pessoas de baixa remuneração. Elas terão que repassar o aumento do imposto para suas clientes e poderão perder cliente. Perdendo cliente, perde dinheiro; perdendo dinheiro, não tem como sustentar a família. Pergunta às deputadas mulheres que muitas vezes utilizam desse serviço. É justo aumentar a carga tributária para as trabalhadoras da beleza, que são trabalhadoras de baixa remuneração, enquanto, há pouco tempo, esse governador deu benefício milionário para donos de locadoras, que já são milionários? Amigos milionários, bilionários recebem benefício do governo com consentimento desta Assembleia, mas quando a gente fala de equipamentos dos quais são os pobres que precisam para trabalhar, vocês também vão dizer que tem que aumentar a carga tributária? Não é possível! Ainda dá tempo de corrigir esse erro. Votou-se em 1º turno e, agora, é o 2º turno. É o momento decisivo, é hora de corrigir esse erro.

Protetor solar: item supérfluo. Vejo aqui o Dr. Maurício, deputado, médico; Dr. Paulo; Dr. Jean; Arlen Santiago; vários profissionais da saúde. Aquilo que é considerado um dos métodos mais eficazes para a proteção e combate ao câncer de pele será votado aqui, por esses colegas médicos, como item supérfluo? Não é possível! Eu não acredito! Aqui, na Assembleia, deputados parlamentares, que atuam na questão da saúde, deputados parlamentares que já vieram aqui várias vezes falar da importância de políticas de enfrentamento ao câncer, de prevenção ao câncer, de criar hospitais, de ter radioterapia, quimioterapia e por aí vai para poder combater o câncer, então vão dizer para a população que o filtro solar é item supérfluo votando o aumento da carga tributária desse item tão importante para prevenção do câncer de pele, inclusive já fornecido por várias empresas quando os seus trabalhadores são submetidos ao sol? Eu não vou votar isso, eu não vou votar!

Estou do lado dos trabalhadores e das pessoas que precisam se proteger com protetor solar. Estou do lado das pessoas trabalhadoras que precisam do celular para levar comida para cá. Estou ao lado das trabalhadoras da beleza, que são mulheres de baixo salário, que precisam comprar o esmalte e demais itens do seu trabalho para poder cuidar das suas clientes. Não vou votar! Não voto! Votarei “não”! E vou dizer mais: não vou me abster! Porque abstenção não é voto de quem tem coragem. “Olha, eu ajudo a compor o quórum, mas vou me abster.” Não, tem que votar não! Se o governo quer discutir recurso para o Fundo de Erradicação da Miséria, nós temos propostas. Por que nós não vamos taxar – e a deputada Bella fez essa discussão – os veículos que servem às mineradoras que são isentas de imposto? Por que nós não vamos taxar os iates? Por que nós não vamos taxar as lanchas? Por que a gente não vai tributar ainda mais as mineradoras para combater a miséria e vamos, dessa forma, aliviar para o trabalhador que precisa de itens que estão sendo considerados supérfluos?

Não é possível! Eu entendo que os deputados da base do governo tenham que votar e dar resposta ao governo, mas existe um limite – existe um limite. E, quando se diz que o Poder Legislativo é um Poder autônomo, é justamente para estabelecer qual é o limite que a gente pode ir enquanto base.

Alguém pode dizer o seguinte: “Olha, deputado, no passado, vocês já chegaram a votar essa matéria”. É verdade, votamos a matéria num contexto de absurda contingência orçamentária do Estado, que não é o quadro atual. Quando nós discutimos aqui essa matéria, Minas Gerais, por efeito do golpe que foi dado contra a presidenta Dilma, começou a viver um cerceamento por parte do governo Michel Temer. Naquela época, o governo federal começou a reter recursos de Minas Gerais, inclusive o Fundo de Participação dos Estados, o que não aconteceu com o governador atual. Nós sofremos com um impacto grave na redução da arrecadação por causa da crise econômica, inclusive com a queda das commodities no mercado internacional – e a nossa economia é dependente das commodities, o que não aconteceu nesse governo, porque agora, no momento atual, as commodities estão com preço muito bom no mercado internacional. O governo anterior passou o mandato todo pagando dívida com a União – mais de R\$9.000.000.000,00 – e lutou muito para conseguir uma liminar no Supremo para suspender o pagamento da dívida. Não conseguiu. A liminar foi concedida em dezembro de 2018, último ano do mandato do ex-governador Fernando Pimentel, e o efeito dela se dá até

hoje, o que fez com que o governador Romeu Zema não precisasse pagar a dívida com a União, economizando ao menos R\$9.000.000.000,00 por ano.

Há diferenças. Se alguém dissesse para mim aqui: “Olha, Cristiano, entendemos isso tudo que você está dizendo, mas o Estado está passando por uma crise econômica muito grave – muito grave”. A gente poderia até pensar duas vezes, mas o que o governador fala na propaganda é que Minas Gerais está nos trilhos. Segundo o Sinfazfisco, este estado tem mais R\$32.000.000.000,00 disponíveis em conta. Nós já pedimos aqui extrato das contas, e o governador não teve coragem de mandar para a Assembleia para dizer a esta Casa que este estado está quebrado. Mande para cá o extrato das contas, mostre-nos que o Estado está quebrado, vamos abrir então essa discussão. Não mandou, não tem coragem – não tem coragem.

Este estado tem aumentado a arrecadação; este estado tem hoje mais R\$30.000.000.000,00 disponíveis; este estado não paga juros da dívida com a União; este estado tem tanto fôlego de caixa que votou benefício fiscal, mais uma vez, para os donos de locadora, para patrocinador de campanha, doador de campanha, que já são bilionários. Portanto a comparação não se faz entre o mandato passado e o mandato atual, porque são contextos e conjunturas diferentes. Como diz o presidente Lula, só idiota não muda de opinião. Então, se lá atrás eu entendi que nós tínhamos que votar, agora, por mudanças na conjuntura, entendo que não é pertinente, não é oportuna a votação dessa matéria.

Antes que qualquer um diga “ah, votou”, quero dizer que havia contingência orçamentária, e ela não se faz presente no dia de hoje, porque o governador, como se diz, vai muito bem, está no trilho, aumenta o próprio salário em 300%, dá benefício para locadora e dobra orçamento. Dobrou o orçamento de publicidade, minha gente! Eram R\$60.000.000,00, no orçamento e vai para R\$120.000.000,00 para falar bem dele mesmo, fazer propaganda. Está sobrando dinheiro. Mas quer taxar o filtro solar; quer taxar o material da manicure, da cabeleireira; quer taxar o celular dos motoristas de aplicativos. Esse é o governo Romeu Zema.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte) – Bom dia; bom dia ao presidente; bom dia a todos que nos acompanham.

Eu estou acompanhando atentamente o debate que V. Exa. traz à sociedade e eu me lembrei de que, na manhã de hoje, a Assembleia Legislativa recebe os servidores do meio ambiente. V. Exa. está fazendo uma avaliação sobre o governo Zema, quando ele concedeu benefícios e mais privilégios aos amigos, que são as locadoras, no primeiro semestre. Agora ele faz uma política de aumentar impostos para a população. Ao mesmo tempo, para os servidores estaduais, a política é de extremo sucateamento e desrespeito.

Então, se V. Exa. permitir, eu gostaria de ler um documento que todos nós parlamentares recebemos. É um documento do sindicato dos servidores do meio ambiente, que eu acho ser ilustrativo da situação que os servidores enfrentam neste momento. Todos os parlamentares, me parece, receberam, e eu vou compartilhar, então, essa carta.

“Na condição de servidor e servidora pública do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais – Sisema –, vimos reivindicar o cumprimento do acordo de greve firmado em 2016 entre o Estado de Minas Gerais e os servidores públicos do meio ambiente, com a devida mediação e concurso da Advocacia-Geral do Estado, e homologado pelo Poder Judiciário”. Tem o número do processo aqui.

“Nos termos do citado pacto, o Estado comprometeu-se a encaminhar, em regime de urgência, projeto de lei para reestruturação das carreiras regidas pela Lei Estadual nº 15.461/2005, que institui as carreiras do grupo de atividades do meio ambiente e desenvolvimento sustentável do Poder Executivo. Trata-se de uma proposta cujo impacto às despesas com pessoal do Estado e do próprio Sisema será ínfimo, além de ser plenamente absorvível pelas receitas próprias geradas pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente, que é superavitário e dispõe de receitas próprias, inclusive para custeio de pessoal, conforme já demonstrado amplamente em mesas de negociação com a Seplag.

Em última sentença judicial” – tem o número do processo – “; em 23/5/2023, intimou-se o Estado de Minas Gerais para, com vistas a cumprir a obrigação estabelecida no acordo, a construção, no prazo de 15 dias, do grupo de trabalho destinado a rever e

adequar a proposta concretizada por meio da Portaria Seplag-Sisema nº 9.584/2016, que é de reestruturação da carreira dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente, grupo este deverá concluir seus trabalhos nos 45 dias subsequentes à sua instalação. Essa sentença encontra-se em descumprimento pelo governo Zema até os dias de hoje”. Vou repetir: “Essa sentença” – ela é de maio de 2023, dando 45 dias ao governo – “encontra-se em descumprimento pelo governo Zema até os dias de hoje.

Os servidores públicos do meio ambiente realizam estudos e projetos de alta relevância para o meio ambiente, para a sociedade presente, para as futuras gerações e para os setores produtivos. Em contrapartida, são os servidores públicos do ambiente de todo o Brasil com os mais baixos salários. Nosso piso é de R\$3.283,43, e o servidor leva oito anos para fazer jus à sua primeira promoção, que elevaria seu salário para algo em torno de R\$3.874,44.

Nosso plano de carreira, acordado e homologado, apenas elimina o primeiro nível fazendo com que o piso inicial passe para os referidos R\$3.874,44. Ademais, retira algumas travas existentes no plano de carreira atual, travas essas já reconhecidas como ilegais em decisões do Poder Judiciário. Pelo sistema passam todos os grandes investimentos econômicos de Minas Gerais. No contexto atual de grandes tragédias ambientais e sanitárias, os servidores do meio ambiente continuam cumprindo com zelo suas obrigações perante o governo e a sociedade, mas não podem se calar quando são desconsiderados e tratados com indiferença.

Por isso, nesse sentido, fazemos mais uma vez um apelo a V. Exas...” – somos nós, deputados e deputadas, não é? Essa carta é dirigida a cada parlamentar – “... ao governo para que corrijam de uma vez por todas essas injustiças e descaso para com os servidores do meio ambiente. Não somos marajás ou privilegiados, não somos diferentes de outros servidores igualmente injustiçados. O que nos diferencia é a complexidade e a importância do nosso trabalho para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais. Manifestamos a confiança de que nosso pleito será acolhido de forma positiva, para que seja dado o cumprimento do acordo homologado pelo Poder Judiciário...” Aí tem novamente o número do processo. Essa carta nos foi encaminhada pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.

É isso, deputado. Aproveitando a oportunidade dos debates nesta quinta-feira, em que os servidores do meio ambiente realizam paralisação e são recebidos pela Assembleia Legislativa, em audiência pública, eu quero compartilhar com toda a sociedade esse importante documento, demonstrando como que, para alguns setores, o governo Zema é extremamente ágil como, por exemplo, mineradoras, grandes locadoras de carro; para outros, o governo nunca consegue ter respostas ou construir alternativas. É o caso dos servidores públicos e os serviços públicos prestados; e para outros, que é a maioria da população mineira, o aumento de pagamento de impostos.

São essas as considerações. Agradeço a V. Exa. por ter permitido que eu compartilhasse a carta que todos nós, parlamentares, recebemos.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, deputada Beatriz. Importante documento. Trabalhadores do sistema de meio ambiente do Estado são fundamentais. Minas é um estado que vem sendo muito afetado pelos crimes ambientais. A gente sabe do déficit de servidores para as fiscalizações e as condições precárias de trabalho, mostra mais uma vez que o governo é amigo das mineradoras, inimigo do meio ambiente, porque, se valorizasse o meio ambiente, realmente teria tratado com mais respeito esses trabalhadores.

Dinheiro para o Sindsema não tem, mas dinheiro para os amigos bilionários tem, para os dono das locadoras tem. Inclusive, é isso que está acontecendo. Não é dinheiro para o Fundo de Erradicação da Miséria, é dinheiro para recompor a bondade que está fazendo aos bilionários. É meio assim o governador falando para os mineiros: “Oh, gente, vocês não me levem a mal, não, mas, como eu dei muito dinheiro para o meus amigos bilionários que me ajudaram na campanha, eu agora tenho que tomar de vocês para poder recompor o que eu perdi.” E aí pega o motorista do aplicativo, a cabeleireira, pega os donos dos *pets*. Agora discutiu que vai tirar o imposto dos *pets*, mas pega o filtro solar, pega tudo que é importante, para o povo mineiro pagar a conta dos bilionários. Oh, gente

não é possível! Nós estamos fazendo uma discussão aqui de fundamento, de conteúdo, uma discussão de argumento que está demonstrando para vocês a situação que nós estamos aqui.

Vejam vocês o que está acontecendo. Aí eu já disse que alguém falou: “Ah, mas lá no governo passado teve aumento.” Teve, o governo quebrado, parcelando salário, lembram? Quebrado, pagando dívida com a União, R\$9.000.000.000,00 por ano. Já disse aqui: não é a conjuntura do Zema. Não paga a dívida com a União, aumento da arrecadação de ICMS, R\$32.000.000.000,00 no caixa, sobrando dinheiro para aumentar o próprio salário em 300% e dar a bondade para os amigos bilionários. Opa! Conjuntura diferente, posição diferente, a não ser que ele queira fazer essa conversa conosco, porque ele sempre correu. Ele e a turma dele não vêm aqui de jeito algum para conversar com a gente sobre as contas de Minas Gerais. Se escondem. Se não fosse o Sinfazfisco, que mostra lá para nós o que tem no caixa, ninguém teria informação correta sobre isso.

Eu tenho falado o seguinte: fiz aqui o debate do fundamento da questão tributária e orçamentária, o.k.? Apresentei as minhas razões da oportunidade, da conjuntura e do momento. Um debate de mérito, o que está chamando de supérfluo não é supérfluo, e farei aqui o debate também do ponto de vista político. O que é do ponto de vista político: é a gente falar também sobre as posições políticas, porque a sociedade cobra o seguinte: “Político é foda. Político, na campanha, fala uma coisa, ganha e depois faz outra”. Não cumpre o que fala, não é isso? Muitas vezes as pessoas falam assim: “Eu não voto mais. Porque você vota no cara e ele não cumpre o que fala”.

Vamos falar então dos compromissos e promessas de Romeu Zema candidato, e posição Romeu Zema governador. Vamos ouvir de novo o Romeu Zema? Vamos ouvir o próprio Romeu Zema falando? Vale a pena ouvir de novo. (– Aproxima o celular do microfone.) Eu vou colocar de novo. (– Aproxima o celular do microfone.) Eu acho que os deputados deveriam ajudar o governador a cumprir a promessa dele. Os deputados têm que ajudar o governador a cumprir a palavra dele. Eu não sei se dá para ver aqui – a câmera não vai pegar, não. É um print de um Twitter: Romeu Zema, às 18h49min, no dia 12/4/2022, abre aspas – está lá para quem quiser conferir. Olha o Twitter do governador: “Esse aqui é para acabar. Mas engana-se quem pensa que o mineiro é bobo. Na minha gestão não vai ter aumento de imposto nem a volta dos salários atrasados.” Olha só, Romeu Zema. Então, gente, são essas coisas.

Eu posso dizer que os outros governos que passaram até poderiam ter adotado medida parecida, mas não fizeram essa fala para serem cobrados da coerência política. Então, eu já falei, o governador Romeu Zema vai entrar para história. Vai dar para escrever um livro que terá o título assim: As contradições de Romeu. É um título bonito para o livro. Quem quiser escrever, quem tiver habilidade para ... Talvez eu mesmo possa pensar em escrever esse livro: As contradições de Romeu. Porque isso tem que ser discutido, isso traz a falta da credibilidade na política, na campanha, na vida pública. E a gente não pode se alinhar a pessoas que dizem uma coisa e fazem outra, que enganam a população. Existe um termo para isso, quando, na campanha, você faz compromissos e depois, no mandato, você faz diferente. É “estelionato eleitoral”. O que está ocorrendo em Minas Gerais é um grande estelionato eleitoral.

Então nós estamos aqui para trazer esse debate, para tentar trazer aos colegas uma reflexão. Nem toda emenda extra do mundo paga a maldade que se faz com o povo de Minas Gerais, com os trabalhadores de Minas, não paga. Eu já fui base de governo, e ser base não é fácil. A gente sabe disso, mas a gente tem também que saber a que limite a gente pode chegar. E o governo vai entender, porque os eleitores que votaram em cada parlamentar aqui votaram para a gente ter coerência, votaram para a gente legislar em prol do interesse público, para cuidar dos mais pobres, e não para ter um mandato totalmente condicionado à posição do governo.

Portanto o debate tributário em Minas Gerais não se reduz a essa votação; ela é um componente. E a gente precisa repetir todas as vezes: não é razoável o aumento de imposto para a população por meio de itens que hoje não podem mais ser chamados de supérfluos, se algum dia puderam ser chamados assim. As pessoas já sofrem com uma carga tributária pesada num contexto em que o governador diz que Minas Gerais está nos trilhos, num contexto em que está comprovado aumento da arrecadação – dinheiro em caixa

e o não pagamento de dívida com a União por força de decisão judicial. Então não é oportuno fazer discussão de aumento de imposto agora. Não é oportuno.

A gente vai ter que falar sobre formas alternativas para o orçamento público estadual. E eu já apresentei aqui e vou repetir: uma dessas formas é aquela que está inclusive como condição no chamado Regime de Recuperação Fiscal, a que o governador quer aderir, caso a Assembleia permita a adesão... Mas o modelo que está lá hoje não é bom, porque sacrifica servidor, impõe privatização, impõe teto de investimento público; então, ele não é bom. O governador está doido para aderir a esse regime. E uma das contrapartidas ou condicionantes desse regime é a revisão do Regime Especial de Tributação ou, como popularmente a gente fala, benefício fiscal. Se o governador já está disposto a fazer a revisão de benefício fiscal por força de imposição do Regime de Recuperação Fiscal, a que ele quer aderir, pode fazê-lo, por exemplo, neste momento do debate da necessidade de novos recursos para o Fundo de Erradicação da Miséria.

Repito: muitos bilhões de reais deixam de ser arrecadados por causa desse regime de tributação. Eu sou contrário a essa medida? É evidente que não, porque a gente sabe que é uma medida que pode ser necessária em determinado momento, quando determinado setor econômico pode ser afetado de forma sazonal, e o Estado precisará adotar medidas. Apesar de os liberais acharem que o Estado não tem que se envolver em nada de assunto privado, eles são os primeiros a bater à porta do Estado para arrumar alguma medida para salvar esses setores. Na hora em que eles estão bem, muito ajuda quem pouco atrapalha, o Estado não tem que se meter; mas, na hora em que eles passam aperto, batem à porta do Estado, querem lei, querem regime especial, querem tributação especial, benefício fiscal e o diabo a quatro que vocês podem imaginar. Então, eu digo que deveria o governador Romeu Zema, já que essa é a disposição dele, fazer uma revisão desses bons bilhões que deixam de ser arrecadados. Se, lá atrás, em algum momento, algum setor precisou do benefício fiscal para a sua atividade porque havia relevante interesse público, será que ainda é necessário? Porque uma medida que é adotada de forma temporária passou a se tornar uma medida permanente.

Dito isso, o governador deveria passar um pente fino, fazer uma revisão de setores, e, tenho certeza, encontraria alguns que poderiam colaborar um pouquinho mais – não precisa ser muita coisa, um pouquinho mais – para desonerar setores que já são os grandes contribuintes do orçamento do Estado e que serão ainda mais onerados caso esse projeto seja aprovado. Pode o governador também fazer uma revisão das peças orçamentárias. Será que precisa de mais de R\$7.000.000,00 para comprar camarão, comprar carne para os *buffets* requintados do governo do Estado? Será que era necessário dobrar o orçamento da comunicação, que passou de R\$60.000.000,00 para R\$120.000.000,00? O governador foi bem, foi eleito no primeiro turno, a comunicação dele foi eficiente com R\$60.000.000,00. Qual foi a necessidade, então, de aumentar para R\$120.000.000,00?

Dinheiro tem. O debate é o do que é prioridade no orçamento em cada governo. O que o governador está dizendo é que a prioridade é aumentar o *buffet* requintado; o que o governo está dizendo é que falar bem de si mesmo é mais prioridade; o que o governador está dizendo é que dar benefício fiscal às locadoras e deixar os amigos ricos ainda mais ricos é prioridade, e que o enfrentamento à miséria e à pobreza não é prioridade. Senão, a discussão de recurso para esse fundo não estaria condicionada a aumento de imposto; esse fundo estaria atrelado à arrecadação em geral do ICMS. Poderia, ainda mais, estar atrelado ao percentual do orçamento geral do Estado. Se quer fazer discussão de enfrentar a miséria, que faça direito, faça de forma maiúscula. Agora, não invente mentira para nós aqui para recompor o que perdeu, porque fez gracinha para amigo empresário. Ora! Então esse é o caminho do debate sério sobre a questão econômica, o balanço, o orçamento do Estado. Esta é a discussão que tem que ser feita: outras fontes de receita.

Falamos aqui: o amigo das mineradoras. Peça à mineradora para ajudar mais um tiquinho – não é verdade? –, aos milionários, que têm suas lanchas, seus iates. Gente, até quando? Sempre quem vai pagar a conta quando o Estado fala que precisa de receita são os mais pobres. Até quando? É o assunto que nós estamos trazendo para a ordem do dia neste momento.

Eu estou querendo dizer também que até mesmo a execução dos recursos do fundo não foi integralmente aplicada para o enfrentamento à miséria. Já foi apontado aqui por colegas parlamentares que parte do recurso do fundo foi utilizada para pagar servidor, que parte do recurso do fundo foi utilizado para transporte escolar, que é importante, mas não é o objetivo do fundo. O fundo tem, no termo da lei que o institui, claramente quais são os investimentos que são considerados para o enfrentamento da pobreza e da miséria. Não foram, não foram!

Qual a garantia que se tem? Não há, porque já foi demonstrado, em mandato dele em curso, que não é prioridade para ele aplicar integralmente os recursos do Fundo de Erradicação da Miséria. Votar contra o aumento de imposto não é votar contra o fundo, porque ele vai continuar existindo, havendo recurso. É votar contra o argumento mentiroso de que vai aumentar imposto para combater a miséria. Combater a miséria não pode estar condicionado a aumentar o imposto para quem precisa do celular para trabalhar, para a companheira que precisa dos materiais de beleza para o seu salão. Não pode estar condicionado, como já repeti aqui, ao filtro solar, que é um item importante para a gente combater o câncer, preveni-lo. Tem de estar condicionado ao compromisso, ao orçamento do Estado, à receita, à arrecadação completa e integral do Estado. Dito isso, não fica dependente da arrecadação aqui que ele está propondo.

O negócio é tão grave que até setores que, historicamente, são defensores deste governo, aliados desse governo, apoiadores desse governo, estão contra esse projeto. Vimos a posição da Fiemg, aliada de primeira hora do governador Romeu Zema, dizendo “Opa! Agora foi longe”. Vocês estão me ouvindo, não é, gente que está aqui pronto para votar essa matéria? Até a Fiemg, aliada de primeira hora a todo momento do governador falou: “Opa! Agora foi longe”. A Fecomércio, a Federação do Comércio, temos lá pessoas, amigos, conhecidos que falaram: “Olha, deputado, essa aí foi longe. Vocês não podem votar esse tipo de matéria, não”. E são setores que têm relevância e peso na economia do Estado de Minas Gerais. Aliados de primeira hora do governador estão contra, gente. É para vocês verem a que ponto isso chegou.

Então, cabe a nós, parlamentares, está nas nossas mãos, na autonomia que temos, na independência que temos, garantida pela Constituição do Estado de Minas Gerais, a independência do Poder, lastreado com os votos que tivemos do povo de Minas Gerais. Tenho certeza de que ninguém foi aqui eleito dizendo para o povo que, se fosse eleito deputado, iria votar aumento de imposto. Duvido! Duvido que, se cada um aqui perguntar para o eleitor que lhe deu o voto como deve votar nessa matéria, se fizer uma consulta, vai ter um estrondoso “não”. Ninguém aqui foi eleito dizendo que votaria aumento de imposto. A base de governo está botando de imposto. O próprio governador disse que era contrário a qualquer tipo de aumento de imposto.

Para quem está nos acompanhando a partir de agora, vou dizer que acabei de trazer aqui um áudio do governador em que ele diz: “Sou contrário a qualquer aumento de imposto”. Para quem está nos acompanhando a partir de agora, trouxe aqui Twitter do governador em 2022: “Engana-se quem pensa que o mineiro é bobo. No meu governo não vai ter aumento de imposto”. E aqueles que estiverem disposto a votar isso estão colaborando com o estelionato eleitoral. Quem estiver disposto a votar isso está colaborando em traír a confiança do povo de Minas Gerais porque ele não votou nessa proposta, nessa agenda. Se o governador foi eleito, o foi, entre outras coisas, pelas promessas que fez e entre elas, talvez uma das mais importantes, era a de que não aumentaria imposto em Minas Gerais. Está fazendo e com o apoio de muita gente aqui, que, na consciência, lá dentro, no íntimo da sua consciência, sabe que está errado, sabe que está errado, mas lamentavelmente vai estar aqui para votar. Se não votar, vai estar aqui para dar o quórum, porque é necessário 39 deputados em Plenário. A presença e o quórum ajudam na aprovação da matéria, que é muito ruim para Minas Gerais.

Faço essa discussão de maneira dura, mas muito respeitosa com os colegas, e os alerto que não é oportuno votar essa matéria. O Estado não vive dificuldade financeira como alega, porque o governador diz que o Estado está nos trilhos. Não podemos votar essa matéria porque o próprio governador ganhou eleição falando que não faria aumento de imposto. Não pode votar essa matéria porque celular para o trabalhador de aplicativo trabalhar, para quem trabalha de maneira remota, para quem é autônomo não é item supérfluo. Não podemos penalizar mais essas pessoas. Não podemos votar essa matéria prejudicando as pessoas que precisam do

filtro solar para proteger a sua pele para não ter câncer. As mulheres que estão no salão de beleza, cabeleireiro, barbeiro, manicure não podem sofrer o impacto dessa matéria. Está é nas nossas mãos! Se o governador não tem compromisso com o povo, com o trabalhador e não cumpre com a sua palavra, temos de cumprir, porque está nas nossas mãos.

Portanto hoje é um momento decisivo, é um momento em que estamos aqui para fazer as nossas escolhas. De que lado estamos? É do lado dos trabalhadores do aplicativo, que trabalham 12, 16, 18 horas para levar um pouco de dinheiro para casa; do lado dos motoristas do Uber, do 99, que precisam do celular para contatar os seus clientes e tantos trabalhadores que precisam, vez e outra, comprar um novo aparelho porque é furtado, porque quebra e porque tem desgaste. É neste momento, que é um momento histórico, que vamos ver de que lado estamos, se estamos do lado daquelas trabalhadoras que têm baixa remuneração, que terão de passar o custo para suas clientes dos produtos que terão aumento. E são centenas de milhares de trabalhadores em cada canto de Minas Gerais. Repito aqui, vamos estar do lado daqueles que precisam se proteger do sol para que não tenham, por exemplo, um câncer de pele ou estaremos do lado do governador estelionatário, que não cumpre o que fala em campanha, que dá benefícios fiscais de milhões para dono de locadora amigo, que doou em campanha, que aumenta o próprio salário em 300%, que aumenta o orçamento por requinte dos *buffets* do Estado, que aumenta a verba de publicidade? De que lado estamos? É o nosso voto que vai definir isso; não é a nossa omissão. É a nossa presença, o registro de presença e também não votar. Não é o voto favorável. Quer dizer, o voto favorável vai definir de que lado estamos, que é o lado dos ricos, dos empresários, dos milionários. O voto “não” é um voto histórico, do lado dos trabalhadores e para obrigar aquele que está na cadeira de governador, com a caneta de governador, a cumprir o que falou em campanha. Cobro é coerência. O que foi dito na campanha tem de ser cumprido.

Então, meus amigos, o Parlamento mineiro está sendo observado pelo povo de Minas Gerais neste momento. É aguardado pelo povo de Minas Gerais esse voto. Vejam vocês, ontem estiveram aqui os alunos do Colégio Santo Agostinho, de outra turma, alunos mais velhos. Quando fizemos essas perguntas a eles, todos disseram que não, que não poderíamos votar. Hoje aqui tivemos aqui alunos da educação infantil. Quando fiz essa fala para eles, crianças, fizeram sinal de que não, que não podemos votar isso, não. Até as crianças entenderam aquilo que muitos estão com dificuldade de entender, que não é razoável, não é oportuno, não é meritório, não é coerente a votação dessa matéria neste momento.

Sei que estou me alongando, porque não terei outra oportunidade de fazer esse debate, essa fala. Portanto eu tenho que fazê-la agora e tenho que tentar, até quando for possível, no limite do tempo que me permitir o Regimento, sensibilizar os colegas deputados, trazê-los à sensibilização, e tentar tocar o coração dos colegas deputados. Nós temos que falar para o governo do Estado que temos limite; que o Poder Legislativo é autônomo; que ninguém aqui foi eleito com promessa de aumentar imposto; que somos favoráveis ao Fundo de Erradicação da Miséria; que queremos construir uma política consistente; e que queremos propor ao governador vincular a receita do fundo ao orçamento do Estado. Isso, sim, é um ato corajoso do Parlamento; isso, sim, é compromisso, com C maiúsculo, do Parlamento, com enfrentamento à pobreza e à miserabilidade. Caso contrário, é medida residual; é medida que não se cumpre, porque nem integralmente o recurso do fundo foi aplicado.

O processo vai se dando, e a história é dinâmica. A gente tem condição de chegar a essa conclusão por tudo isso que estamos vivendo, analisando, refletindo e colocando aqui para os colegas parlamentares. Muitos não estão aqui nos ouvindo; estão lá dentro, na antessala, mas lá a televisão está transmitindo e eles estão ouvindo o que estamos dizendo aqui, porque, às vezes, ouvir aqui, no Plenário, é constrangedor, porque sabem que é verdade o que estamos trazendo. Mas peço aos colegas que estão nos acompanhando, e sei que estão nos acompanhando, que reflitam, porque ainda há tempo. Quem votou, no 1º turno, pode mudar o voto para o 2º turno; quem não votou, no 1º turno, pode votar conosco no 2º turno para derrubarmos esse projeto.

A derrubada do projeto não nos impede de construir uma política que vai raciocinar e pensar alternativas de receita para o Estado, para enfrentar a miséria. Estou disposto a colaborar nessa reflexão. Já aponte um dos caminhos: o governo pode muito bem enviar para cá uma proposta de supressão à rubrica orçamentária, como é caso que eu já citei aqui dos requintes dos *buffets* e das

publicidades. O governo pode enviar para cá uma revisão de benefícios fiscais para setores que ganham 2%, 7%, 12%, caso já não seja tão estratégica mais a manutenção desse benefício por uma mudança do contexto da conjuntura econômica desses setores. Está certo?

Podemos discutir aqui a tributação em outros lugares que são muito abastados e não estão sendo afetados por essa norma. Nós topamos colaborar com essa reflexão. Eu não trago aqui somente o voto “não”; trago a disposição do debate para criar alternativas. Se for para criar alternativa, não ficar engessado somente a essa proposta, eu estou disposto a colaborar com a discussão e tenho certeza que o Bloco Democracia e Luta está disposto. Aliás, o bloco chegou a apresentar emendas no sentido de fazer essa discussão, mas parece que o governador não quer discutir alternativas: para ele só serve arrebentar quem aqui ele mirou como alvo.

A Assembleia Legislativa está me ouvindo; se ele não está me ouvindo, a Assembleia está me ouvindo, os deputados da base estão me ouvindo. Quem sabe a gente não rejeita essa matéria e abre imediatamente uma discussão de fontes alternativas de receita inclusive para o Fundo de Erradicação da Miséria! Eu topo e me coloco à disposição: o bloco de oposição está aqui pronto para fazê-lo. A gente já citou aqui algumas coisas que podem ser medidas para implementarmos e avançarmos nessa matéria.

Então, pessoal, eu quero dizer que, diferente do que tem sido feito em nível do governo federal... Olhem o que fez o presidente Lula! No primeiro ano de mandato, uma das primeiras medidas do presidente Lula foi desonerar do Imposto de Renda quem ganha até R\$2.640,00. Vocês viram isso? O presidente Lula fez duas coisas fundamentais. Primeiro, antes de assumir, ele garantiu a aprovação da PEC emergencial, que garantiu o Bolsa Família de R\$600,00, que não estava no orçamento do Bolsonaro. O Bolsonaro não deixou previsão orçamentária. Os mais pobres iam morrer de fome e de miséria, porque não estava no orçamento. Mas, assim que o presidente Lula ganhou, ele correu para articular e para encaminhar para o Congresso a PEC emergencial, e garantiu o Bolsa Família, e garantiu o aumento para os filhos também.

O presidente Lula, já nos primeiros meses de mandato, fez a medida provisória desonerando do Imposto de Renda quem recebe até R\$2.640,00. Aí alguém vai falar assim, deputada Bia: “Mas isso impactou o FPM dos municípios, porque, na composição do FPM, um dos componentes é a arrecadação do Imposto de Renda”. O presidente Lula, Bia, foi rápido e anunciou o seguinte: nenhum município vai receber menos FPM em 2023 do que recebeu em 2022. Olhem como o presidente Lula foi rápido! Segundo o presidente Lula, não haveria prejuízo, lá na ponta, de quem faz a gestão da política pública, por uma medida que o governo adotou a interesse da própria sociedade, porque o presidente Lula falou na sua campanha: “Até o final do meu mandato, quem ganha até R\$5.000,00 não vai pagar Imposto de Renda”. E o povo brasileiro votou no presidente Lula porque ele disse isso; e o presidente Lula falou: “Então já vamos começar”. Imediatamente, com poucos meses de governo, já mandou a medida provisória e desonerou. O presidente Lula já cumpriu quase que a metade do seu compromisso de desonerar do Imposto de Renda quem ganha até R\$5.000,00. E alguém sentiu lá na ponta? O prefeito sentiu? Então fala para o prefeito que, até o final de 2023, ninguém vai receber menos FPM do que recebeu em 2022.

Eu quero saber, porque a gente sabe que o que está sendo impactado agora é o Fundeb, Bia. Está havendo uma queda no Fundeb, porque 80% da composição do Fundeb vem do ICMS. Alegam eles que é por conta, um pouco, da queda da arrecadação do ICMS. Então eu vou fazer uma pergunta: o governo Romeu Zema tem uma política, tem uma proposta para recompor o Fundeb, assim como o presidente Lula recompôs o FPM? Tudo se trata de prioridade no orçamento. O que é prioridade no orçamento? No governo federal, isso está muito claro, e também no Estado está muito claro: é para os empresários; é para os milionários; é para os amigos; é para o *buffet*; é para a publicidade; é para aumentar o próprio salário. Essa é a prioridade.

Amigo deputado Roberto, quero tocar seu coração para que V. Exa. reflita e vote conosco “não” ao aumento de imposto. V. Exa. tem o meu compromisso, como uma liderança importante, de que nós topamos abrir uma discussão com o Estado para pensar alternativas para a receita. Estamos dispostos; estamos abertos. O Bloco Democracia e Luta fez uma reunião importante, e as deputadas apresentaram, a deputada Bia, que está aqui, e a deputada Bella, um conjunto de propostas que podem ser feitas para uma

outra discussão sobre outras condicionantes de alternativas ao orçamento, sem impactar os mais pobres. A gente vai achar um caminho para a receita naqueles que podem contribuir com o Estado; não são os mais pobres que serão impactados.

Este é o convite que fazemos a esta Casa: a unidade e a união para buscarmos alternativas, e não onerarmos tanto os trabalhadores que já estão tão sacrificados. Repito, tudo é prioridade enquanto governo, porque o orçamento, ainda sendo o mesmo, vai ser distribuído à luz do que o governo entende que é prioridade. Até aqui a prioridade tem sido do governo para os ricos e não para os pobres e nem o enfrentamento à erradicação da miséria.

Quero dizer – já encerrando aqui minhas palavras e tentando tocar os nossos colegas deputados que não votaram no 1º turno, mas que têm oportunidade de votar em 2º turno – os nossos colegas deputados que, por algum motivo, o governo os tem convencidos em 1º turno, mas que, baseado nas palavras que aqui eu trago, nas reflexões, nos argumentos e na disposição política de construção alternativa, possam votar conosco em 2º turno. Lembrem-se de que o governador disse que não aumentaria o imposto, então vamos ajudar o governador a cumprir a promessa, vamos combater o estelionato eleitoral; lembrem-se de que ninguém aqui foi eleito prometendo aumentar imposto; lembrem-se de que, se fizerem a pergunta aos seus eleitores em suas bases, duvido que qualquer um deles vá dizer: “Oh, deputado, vai lá e vote o aumento do imposto. Está de parabéns, nós queremos que aumente o imposto.” É isso que nós temos que pensar aqui neste dia de hoje, nesta votação de hoje. Então eu quero encerrar. Presidente, fazendo esse último apelo e dizendo à sociedade: conte conosco.

Eu falei aqui e, inclusive, estou vendo ali nas galerias o amigo Marcelo Delão, representante do Sinfazfisco. O senhor não sabe, colega dirigente, como o seu sindicato tem sido importante para trazer luz e informações aos debates que são feitos nesta Casa. O seu sindicato tem feito um trabalho importante na defesa dos seus servidores, um sindicato que representa e aqui sempre teve o nosso voto favorável, sempre teve a nossa votação favorável, que cumpre uma função pública, a favor do povo de Minas Gerais, imprescindível. Tem sido muito importante. E eu já citei aqui informações que o seu sindicato, que representa os trabalhadores da Fazenda, trazem. Teria o Estado de Minas Gerais, no dia de hoje, cerca de R\$36.000.000,00 disponíveis em caixa, o que, entre outras coisas, vai corroborar com o meu argumento da não necessidade do aumento de imposto neste momento.

Obrigado, presidente; obrigado, colegas parlamentares, pela paciência de nos ouvir.

Suspensão da Reunião

O presidente (deputado Douglas Melo) – A presidência vai suspender a reunião por 3 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Boa tarde, presidente. Aliás, bom dia, Presidente. Bom dia, deputados e deputadas. Bom dia também aos servidores da Casa, às galerias que nos escutam também e à sociedade presente. Bom dia para todo mundo.

Bom, hoje nós estamos na discussão de um projeto de lei que não tem nem meia página, e é incrível como a caneta age, não é? Um texto de meia página pode mudar completamente a vida do povo mineiro, o custo de vida da população, a realidade de empresas locais que produzem diversos itens e que serão agora sobretaxados e também a vida da população que depende de políticas públicas para erradicação da miséria, para erradicação da fome. Então é um projeto aparentemente simples, pequeno, mas que altera substancialmente a vida da população e em um aspecto bastante negativo, em um aspecto bastante ruim, não é mesmo?

Bom gente, estou aqui me organizando com a minha papelada. Eu não estou achando o papel que preciso. Achei. Eu vou falar durante 1 hora. Gente, esse texto de meia página fala sobre a cobrança de 2% de ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de vários produtos. Hoje, a maioria deles já paga um imposto de 25%, em geral, do valor do produto; e pode

subir para 27%. E esses produtos foram considerados pelo governo Zema como supérfluos. Alguns desses produtos, de fato, são supérfluos. Eu vou ler aqui esses produtos para que vocês conheçam a realidade. O FEM está sendo cobrado sobre cerveja sem álcool, bebidas alcoólicas, exceto aguardente de cana ou de melão.

A taxaço sobre bebidas alcoólicas é uma questão controversa, porque algumas pessoas reivindicam que maiores impostos sobre bebidas alcoólicas é uma medida importante de saúde pública, mas ninguém vai deixar de beber em função de uma cobrança de 2% a mais do ICMS. Então o que a gente tem aqui é, na prática, um aumento do custo de vida da população que toma a sua cervejinha nos finais de semana e também dos trabalhadores dos bares e produtores de cerveja, produtores de vinho, produtores de bebidas locais, como é o caso também da cachaça mineira. O impacto da cobrança de impostos é sobre o custo direto da população e também sobre as indústrias locais que produzem e tentam competir em um mercado que é muito complicado, nada competitivo, que é o mercado internacional de bebidas. Refiro-me à cerveja artesanal, que é produzida em Nova Lima, que é produzida em Passos, que é produzida no interior, contra a Ambev.

Esses 2%, com certeza, vão causar perda de investimento e talvez até ocasionar o fechamento de fábricas das pequenas cervejarias. Agora, com relação à Ambev, não vai acarretar o seu fechamento. Mas, em relação ao custo de vida da população, deputado Gustavo, com certeza, a cobrança de 2% do ICMS vai elevar o preço desses produtos para quem os consome. Por isso que a gente fala: “Zema, tire a mão do meu latão”. Ainda mais porque Zema aumenta os impostos sobre serviços e sobre mercadorias, poucos meses após a isenção de impostos para os seus amigos, para as locadoras de veículo, além das mineradoras, que já gozam desse benefício há mais tempo.

Segundo, em relação a cigarros, exceto os embalados em maço e produtos de tabacaria, ocorre a mesma coisa, gente. O impacto aqui é sobre o custo de vida da população que é usuária de cigarros; não vai deixar de ser, mas vai ter um uma perda do seu orçamento. E ainda: armas classificadas nas posições diversas, refrigerantes, bebidas isotônicas e bebidas energéticas. Vou falar sobre os refrigerantes. A gente repete o mesmo cenário. A cobrança do ICMS vai ter um peso menor. Claro que o peso vai ser o mesmo para todo mundo, mas o impacto sobre o fechamento de fábricas pode trazer danos profundos para o guaraná mineiro, de Uberlândia, que é uma empresa local, no Triângulo Mineiro. Vinculado a ele há centenas de trabalhadores. Imagine se uma fábrica dessa fecha simplesmente porque a gente tem um aumento irresponsável de impostos, colocado pelo governador e aprovado pela Assembleia.

A mesma coisa ocorrerá com os refrigerantes produzidos em Belo Horizonte, como o Mate Cola, que é um refrigerante de baixo custo muito consumido pela periferia das nossas cidades. Esse refrigerante vai aumentar de preço, impactando o custo de vida da população ou levando ao fechamento de fábricas como essa. Em relação a perfumes, águas de colônias, cosméticos, produtos de toucador – assim considerados mercadorias –, exceto xampus, preparados antissolares, sabões de toucador, de uso pessoal...

Gente, cosméticos e produtos de limpeza são itens básicos de higiene pessoal – básicos. Todos os dias, a população utiliza esses produtos. Então eu estou lendo uma série de itens que não são em nada supérfluos; pelo contrário, fazem parte do cotidiano da população.

Concede aparte à minha companheira Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte) – Deputada Bella, bom dia. Parabênizo V. Exa. pela retomada do trabalho sobre a questão do Fundo de Erradicação da Miséria. Eu acho que esse projeto de lei, de autoria do governo Zema, nos deu uma oportunidade de escancarar para a sociedade que o que ele arrecadou não foi investido em ações para erradicar a miséria. Isso é importante porque traz transparência, que é aquilo que o governo Zema fala tanto do novo político, mas que, efetivamente, não tem. Então, primeiro, eu queria parabenizá-la. V. Exa. realizou uma audiência pública esta semana para fazer esse debate.

Chama-me a atenção o seguinte: em relação a toda essa discussão, das três audiências públicas que foram realizadas, duas foram de iniciativa do Bloco Democracia e Luta, bloco de oposição. Isso demonstra o nosso compromisso com um processo mais participativo no Parlamento. Porque, sem as audiências públicas, dificilmente setores organizados da sociedade conseguem ter voz,

conseguem dizer das suas pautas, conseguem dizer o que não querem. Então as audiências são muito importantes, e duas, das três audiências, foram realizadas por iniciativa do nosso bloco. E V. Exa. liderou uma delas. Então eu queria, primeiro, parabenizá-la por esse trabalho.

Não é o assunto deste nosso momento, mas eu também quero parabenizar V. Exa. pelo acompanhamento e pela vitória, digamos assim, em relação a uma situação que Betim vive, em relação a uma ocupação urbana de Betim. Sei que V. Exa. esteve, durante toda a tarde, no Tribunal de Justiça. Isso é muito importante porque os mandatos populares estão a serviço da população e das pessoas que têm o direito de lutar por moradia, que é uma das pautas centrais do seu mandato. Acho isso muito importante e também queria parabenizá-la.

Eu acompanhava atentamente a argumentação de V. Exa. sobre o aumento de impostos proposto pelo governo Zema. Olha só a que ponto chegamos, não é, deputada? O Lula baixando o preço da picanha, e o Zema aumentando o preço da cerveja. O que quer dizer isso? Quer dizer que, enquanto o governo federal coloca cada vez mais o povo no orçamento, ou seja, dando-lhe condições de melhorar a vida, e o Estado tem que servir para isso, o governo Zema faz a opção de penalizar a população com o aumento de impostos, enquanto pratica benefícios e isenções fiscais para os seus amigos políticos.

Então, se V. Exa. permitir, eu gostaria de compartilhar os números do orçamento, porque o orçamento diz muita coisa sobre a política. A forma como ele é feito – o que, aliás, torna difícil acompanhá-lo – é inclusive para afastar a população desse acompanhamento. Mas eu tive o cuidado de buscar alguns números. Então, vejam bem! Eu queria, primeiro, compartilhar com V. Exa. e com toda a população as renúncias feitas por meio de redução de alíquota de IPVA. Por quê? Porque a questão do IPVA foi um dos grandes debates feitos no primeiro semestre, quando o governo Zema alargou, aumentou os privilégios para as grandes locadoras de carro. E sabíamos que a conta chegaria para a população agora, nesse projeto de lei, a conta daquilo que o governo concedeu de privilégios no primeiro semestre. Então o primeiro exercício que eu fiz foi buscar saber quanto o Estado está renunciando para dar privilégios às locadoras de carros.

Em 2018 – eu peguei o último ano do governo Fernando Pimentel – essa renúncia foi de R\$21.457.000,00. Quando chegou 2021, nós pulamos para R\$600.948.203,00; em 2020, para R\$578.000.000,00; em 2021, nós pulamos para R\$786.000.000,00; quando chegou 2022, nós pulamos para R\$1.164.650,00; em 2023, deputada, nós pulamos – nós, não, o governo Zema –, o governo Zema pulou para R\$1.466.000.000,00. Ou seja, em 2018, de benefícios para os amigos políticos e do setor econômico, o governo Zema... Em 2018 nós tínhamos R\$21.000.000,00 de renúncia, por redução de alíquota de IPVA, e saltamos, no governo Zema, para R\$1.466.515.773. Então percebam para quem o governo Zema governa, e faz isso com a falsa ideia de que esse projeto é para erradicar a miséria. Não é para erradicar a miséria! Esse projeto é para compensar o aumento dos privilégios que o governo Zema concedeu aos seus amigos no primeiro semestre.

Chamou-me muito a atenção também a questão dos prazos e prioridades do governo Zema. O governo Zema esperou todo o prazo que ele tinha para sancionar o projeto de lei de enfrentamento da violência política de gênero, que foi sancionado nesta quarta-feira. E aí eu busquei esta informação: quanto tempo o governo Zema demorou para sancionar o aumento dos privilégios para as locadoras? Vejam bem, a Assembleia Legislativa encaminhou ao governo do Estado, no dia 1º de setembro, a proposição de lei sobre o enfrentamento da violência política de gênero, proposição que nós aprovamos. O governo Zema só sancionou a lei no dia 27 de setembro, ou seja, ele recebeu no dia 1º e só sancionou no dia 27 de setembro. O aumento de privilégios para as locadoras, ele o sancionou dois dias depois de aprovarmos aqui, na Assembleia. Então isto também é didático: aquilo que o governo estabelece como prioridade para o seu governo. Agradeço a V. Exa. a gentileza.

Posso só compartilhar mais uma informação? É que eu também fui ao orçamento e perguntei sobre todas as renúncias, não só sobre os privilégios para as locadoras, mas também sobre os privilégios para os seus amigos políticos – não é? –, para grandes e poucos empresários que compõem esse núcleo político-econômico de apoio e sustentação ao governo Zema. Então fui ver no

orçamento como têm sido feitas as renúncias – chamam-se renúncias consolidadas, que são aquelas que o governo do Estado decide fazer ou não. Eu também sempre pego um recorte, considerando o governo anterior, não é? Senão alguém virá aqui para tentar dizer: ah, mas no governo do PT era assim. Não! Não era!

Então nós saltamos, em 2018, de 6,19% da receita corrente, percentual de arrecadação de impostos que o governo do Estado renunciou... Para quem está nos acompanhando: toda vez que o governo renuncia arrecadação de impostos, nós estamos dizendo que haverá menos dinheiro para educação, menos dinheiro para saúde, menos dinheiro para pesquisa, menos dinheiro para assistência social, ou seja, menos recursos para investir em políticas públicas, no caso, saúde, educação. São recursos vinculados que se relacionam à arrecadação de impostos. Toda vez que o governo renuncia a cobrança de impostos, ele está renunciando recursos para a área da educação e para a área da saúde, para dizer o mínimo, não é? Então nós saímos de 6,19% de renúncia de impostos em 2018 para 11,7% em 2023. Vamos colocar isso em números? De R\$4.860.840.000,00 de renúncia de impostos em 2018, nós pulamos para R\$14.885.141.453,00. Então o orçamento, na sua execução, também diz muito sobre o que o governo Zema está fazendo. O Estado é mínimo ou é não Estado para a população, mas o Estado é super, gigante, amigo, máximo para os grandes, que, além de já terem posição privilegiada na sociedade, ainda recebem mais políticas do Estado, como a renúncia de arrecadação de impostos.

Então essa é a gravidade da situação. Nós temos este momento da obstrução para jogar luz em todas essas situações, chamando a atenção da sociedade mineira, que não pode mais alargar sua tolerância – não é? – com a situação que nós estamos vivendo. Graças ao trabalho da oposição, por exemplo – e com isso eu quero finalizar –, essa cobrança extra de imposto, que era indefinida, se tornou finita, para 2026. Não fosse o trabalho de obstrução do Bloco Democracia e Luta, nós estávamos com o aumento de 27% de ICMS, por prazo indefinido, sobre vários produtos.

Agradeço-lhe a gentileza de ter-me concedido o aparte. Obrigada.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, deputada Beatriz Cerqueira. Hoje, a Beatriz veio de óculos, não é, Beatriz? E veio aqui dar uma aula realmente para a gente sobre o orçamento do Estado. Acho que esse trabalho importante que a gente faz de acompanhamento das comissões e do Plenário é o que faz a diferença na vida das pessoas. Porque, se uma página, se meia página de texto pode alterar a vida, o custo de vida da população mineira, a existência ou não de fábricas próprias de Minas Gerais que produzem esses produtos, pode afetar também o Fundo de Erradicação da Miséria ser desviado como vem sendo ou servir a sua finalidade, se o imposto sobretaxado vai ser indefinido ou se a gente vai conseguir reduzir a sua vigência, tudo isso tem a ver com o trabalho às vezes até de formiguinha, por vezes mais invisível, que a gente vai fazendo nas comissões e no Plenário até chegar aqui.

De fato, Beatriz, você traz uma questão muito importante que é retomar a situação da dívida do Estado de Minas Gerais, porque a dívida é utilizada como argumento para as privatizações de empresas, como a Cemig, a Copasa e a Codemig, para o congelamento dos salários e dos planos de carreira de servidores públicos, e essa é a tônica do Regime de Recuperação Fiscal que o Zema tentou aprovar aqui na legislatura passada e que, com muito trabalho da oposição, não foi aprovado. A gente viu uma soberania do nosso estado ser defendida com unhas e dentes pelos parlamentares da oposição, pelos movimentos sindicais, pelos movimentos populares e pela sociedade que se mobilizou. Então ele usa o argumento de que o Estado está quebrado, o Estado está endividado para dificultar a vida da população, mas, quando o convém, que é na hora de aumentar as isenções de impostos de R\$4.000.000.000,00 para R\$14.000.000.000,00, como fez nos cinco anos de governo, o Estado parece estar nadando numa situação de conforto e comodidade. É muita cara de pau.

O governo Zema acumulou uma dívida de R\$50.000.000.000,00 nos últimos anos da dívida pública que o Estado já tinha. Foram R\$50.000.000.000,00, que correspondem a 1/3 da dívida total acumulada em anos anteriores praticamente. E além disso, ele assinou o contrato com o governo Bolsonaro abrindo mão de receber R\$126.000.000.000,00, que viriam dos repasses, das compensações da Lei Kandir para o Estado de Minas Gerais. Então, somariam, Beatriz, aos R\$14.000.000.000,00 bilhões de isenções anuais que V. Exa. trouxe, os R\$126.000.000.000,00 que o governador Zema, em uma canetada, abriu mão para a União durante o

governo Bolsonaro e que se referem justamente ao fato de que as mineradoras não pagam impostos, mas a população paga impostos que superam 1/4 do preço de produtos que são de utilização corriqueira da população e que agora vão ser majorados.

Eu estava lendo a lista dos produtos que vão, desde papel higiênico, esmalte de unha a telefones celulares e smartphones, que a gente usa para trabalhar, que a população usa para trabalhar, principalmente a população das grandes cidades, desde o motoboy a qualquer outro trabalhador que utiliza o celular para trabalhar, para se comunicar ou mesmo para acessar o auxílio emergencial do governo, como aconteceu durante a pandemia. Então o que eu queria dizer é que o Zema está aqui compensando o presente que deu ao Salim Mattar, dono da Localiza, com a taxaço de produtos essenciais à população os chamando de supérfluos, justamente recuperando esse R\$1.000.000.000,00 que foi isentado para a Localiza.

Aí acho importante resgatar o trajeto que a Localiza tem feito desde que Zema foi eleito. A frota da Localiza cresceu 30 vezes desde que o Zema se tornou governador do Estado, graças ao financiamento de campanha também do Salim Mattar. A empresa cresceu, em cinco anos, o equivalente a 50% do seu capital. Ela acumula hoje lucros bilionários, que, inclusive para serem garantidos, teve a presença de uma figura controversa de consultor especial de assuntos econômicos do Estado, ocupada por Salim Mattar, que, após a aprovação da lei que o isenta em mais R\$1.000.000.000,00 em impostos, foi embora, vazou, deixou esse cargo de consultor do Estado, o que reforça a nossa denúncia de que realmente ele estava operando ali apenas para sugar o Estado, como um vampiro que é, sugar recursos que agora a gente sabe de onde vão sair. Não sair do bolso da população e do Fundo de Erradicação da Miséria.

E, de fato, o nosso trabalho aqui foi buscar atrelar o orçamento advindo dessa sobretaxação de impostos à erradicação da miséria, porque hoje a gente sabe que esse recurso vem sendo desviado. Em governos anteriores, inclusive durante o governo Fernando Pimentel, o conselho que aprovava o recurso do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, era constituído, inclusive é isso que a lei prevê, pelos conselhos de segurança alimentar, pelos conselhos de assistência social, pelas diversas secretarias, mas a sociedade civil exercia controle, participação sobre a destinação desses recursos. Hoje, o conselho está inoperante, em aberta violação da legislação, e o recurso vem sendo utilizado em áreas que nada tem a ver com a erradicação da miséria.

Pessoal, o nosso Bloco Democracia e Luta está assinando um pedido para que o Fundo de Erradicação da Miséria seja auditado pelo Tribunal de Contas do Estado. É fundamental que a gente audite como esse fundo foi utilizado nos últimos anos, anos de governo Zema, porque, num olhar à primeira vista, a gente vê que o fundo está sendo utilizado em desconformidade com a legislação que o institui. Por isso a gente já poderia prever penalidades e a impossibilidade de aprovação das contas no que se refere ao fundo. Agora, o que a gente viu, ao observar o Portal da Transparência, foi escandaloso: recurso do Fundo de Erradicação da Miséria servindo para pagar gratificação extraordinária de composição de conselhos para secretários e gestores públicos, férias-prêmio e outros benefícios, que nada têm a ver com a erradicação da miséria. Isso é escandaloso.

E aí, ao observar no Portal da Transparência a discriminação completa dos gastos, a gente percebe que nem R\$1,00 foi utilizado nas atividades finalísticas. Quando a gente observa o que foi o gasto do FEM, nada foi para aquisição de alimentos para a população, nada, no último ano, foi para políticas de transferência de renda. Parece que nada foi utilizado para fazer com que a comida chegasse efetivamente à mesa do povo mineiro. E aí eu trago alguns dados que são muito alarmantes sobre a situação de miséria no Estado de Minas Gerais. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, entre novembro de 2021 e abril de 2022, fez um inquérito nacional sobre insegurança alimentar e apresenta os seguintes dados sobre Minas Gerais: 8,2% da população, ou seja, 1,7 milhões de pessoas convivem diariamente com a fome. A fome está presente em 10% dos lares mineiros. Os números são frios, mas eles se tornam quentes quando a gente chega a uma ocupação urbana às 4 horas da manhã e vê a população fazendo fila para buscar uma cesta básica conquistada pela liderança comunitária a partir da ativação de redes de solidariedade. A liderança comunitária faz ali um trabalho hercúleo de às vezes deixar a vida de lado para garantir que a comunidade tenha o que comer. Enquanto isso o Zema, o governo do Estado, desvia o recurso da miséria. Das famílias, 52,5% não têm comida em quantidade suficiente no prato ou não fazem as três refeições diárias, que são parte da dignidade alimentar da população. A

porcentagem de lares mineiros que compromete a quantidade e a qualidade de alimentos por falta de dinheiro é 16%; essa porcentagem é maior do que a média do Sudeste e do que a média nacional. Isso significa que o povo mineiro passa fome, e mais da metade dos lares brasileiros não têm comida suficiente. Enquanto isso o governo desvia o Fundo de Erradicação da Miséria. Nós tivemos 65,3% dos lares com renda per capita mensal de até meio salário mínimo em situação de insegurança alimentar mais severa, superior a média do Sudeste, mesmo recebendo o Auxílio Brasil. Enquanto isso, o Fundo de Erradicação da Miséria é desviado para outras finalidades diferentes daquela que objetiva colocar comida no prato do povo.

O aumento da pobreza e da extrema pobreza em Minas Gerais é outra situação alarmante. Nós vimos que a miséria cresceu 10% no nosso estado, enquanto o Fundo de Erradicação da Miséria é desviado para outras finalidades. Nós temos hoje 3.726.983 famílias cadastradas no CadÚnico. São mais de 8.700 pessoas cadastradas compondo a extrema pobreza no nosso estado, o que significa uma renda per capita familiar de até R\$89,00, e 10% em situação de pobreza, com renda de até R\$178,00 mensais. Deputados, eu pergunto a vocês: o que é imaginar que quase 10 milhões de mineiros vivem com renda que, na melhor das circunstâncias, chega a R\$178,00 per capita? O que uma pessoa faz com R\$178,00 por mês, gente? Essa é a realidade da população mineira, uma população em situação de pobreza, porque a população em situação de extrema pobreza tem a renda per capita equivalente a R\$89,00 por mês para sobreviver.

É assustador como esses dados parecem não comover o governo a atrelar parte importante do seu orçamento a ações de assistência social no nosso estado. Nós temos quase 4 mil equipamentos socioassistenciais nos municípios mineiros, e o volume de recursos que o governo repassa para esses equipamentos não supera R\$71.000.000,00, valor do Piso Mineiro de Assistência Social. Isso significa que cada equipamento público está recebendo menos que R\$20.000,00 por ano. Por ano! Para Cras, Creas, Centros-Dia para a população idosa e com deficiência, espaços para garantir a segurança de mulheres em situação de violência, o governo não contribui com mais que R\$20.000,00 por ano. Os municípios ficam estrangulados, estrangulados para fazer assistência social.

É por isso que a gente aproveita este momento para fazer uma denúncia da falência do Sistema Único de Assistência Social no Estado de Minas Gerais. Não fosse o aporte sofrido muitas vezes dos municípios e agora a retomada de aportes do governo federal, nós veríamos Cras sendo fechados, nós veríamos equipamentos como os Creas sendo fechados. Foi por isso, deputada Beatriz, que nós negociamos com o governo de modo que uma porcentagem do FEM fosse diretamente atrelada ao recurso do Fundo Estadual de Assistência Social, porque a gente sabe que o fundo tem controle social, que o fundo tem participação social. O recurso que vai para o fundo vai ser depois transferido para os municípios mineiros, para que esses equipamentos tenham condições de operar, e isso é fundamental. Nós reivindicamos, e eu peço o voto dos colegas deputados, que a gente atrele 50% do Fundo de Erradicação da Miséria ao Fundo Estadual de Assistência Social.

O relatório do deputado João Magalhães acolhe parcialmente, muito parcialmente, essa proposta, a partir também de negociações com a oposição. Ele acolhe 15% no primeiro ano, 20% no segundo ano e 25% no terceiro ano. Ainda assim nós estamos falando de valores irrisórios para garantir a existência de equipamentos tão importantes na erradicação da fome e da miséria no nosso estado. É assustador! A gente vê os dados cadastrados no CadÚnico, ou seja, a gente vê que a população pobre e extremamente pobre que hoje busca políticas públicas cresce; a gente tem mais pessoas cadastradas no CadÚnico, e o número de atendimentos e acompanhamentos de famílias decresce, e isso significa o sucateamento da assistência social. Isso significa o sucateamento da assistência social e é o que nós buscamos denunciar, nos últimos dias, em audiências públicas, assim como na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, da qual participamos.

Então nós queremos colocar essa emenda em votação e queremos que o recurso do Fundo de Erradicação da Miséria, que não concordamos que saia do bolso da população promovendo mais injustiça tributária... Mas, se o governo vai fazer isso, que, pelo menos, use para erradicar a miséria e não para pagar as contas do Salim Mattar, o que parece ser o desejo do governador, uma vez que

não tem acatado as nossas propostas, justas, de que o recurso seja exclusivamente gasto com a erradicação da miséria e com políticas socioassistenciais.

Também queria chamar a atenção para o fato de que, desde 2021, a secretária Elizabeth Jucá disse estar construindo um plano estadual de combate à pobreza. Como pode a secretária estar construindo um plano estadual de combate à pobreza se o debate ainda não foi iniciado dentro do Conselho de Assistência Social ou do Conselho de Segurança Alimentar? O plano está sendo construído só pelo governo do Estado, sem a participação da sociedade? Qual é a previsão para a apresentação desse plano? Em cinco anos de governo Zema, nós não temos ainda um plano para enfrentar a fome, não temos um plano para enfrentar a miséria, não temos um plano para enfrentar a desnutrição que vitimou, em 2022, 206 bebês; 206 bebês morreram de desnutrição. Estou falando de bebês de até 1 ano. Morreram porque não tinham o que comer no Estado de Minas Gerais! E nós vamos para cinco anos de governo Zema sem a apresentação de um plano de erradicação da miséria. E parece que esse debate está completamente descolado do Fundo de Erradicação da Miséria, que estamos discutindo aqui, já que os gastos do fundo vão para férias-prêmio e outras coisas, e não para comprar leite, para comprar semente, para garantir programas e políticas de transferência de renda para a população. Isso é escandaloso!

Continuando aqui esta explanação que nós trazemos, além do desvio da finalidade dos recursos do FEM, a gente teve uma arrecadação de impostos extraordinários, que deveriam ir para o FEM, superior ao que, de fato, chegou ao fundo. Em 2022, foram arrecadados R\$839.000.000,00, que deveriam ter ido parar no fundo. Só que apenas R\$679.000.000,00 foram, de fato, para o FEM e, de fato, para as ações que estão discriminadas ali, que, como eu disse, também não têm a ver com a erradicação da miséria. Para onde foram os R\$160.000.000,00 que o governo arrecadou e não destinou para o Fundo de Erradicação da Miséria? A população quer saber, e, agora, os deputados também querem saber. E por isso nós pedimos ao Tribunal de Contas que faça uma auditoria urgente do Fundo de Erradicação da Miséria. Roubar cesta básica, roubar leite da boca de criança! É a isso que nós estamos assistindo quando fazemos a fiscalização do FEM. Na audiência pública que fizemos na Comissão de Direitos Humanos, os representantes da Seplag e da Sedese não conseguiram apresentar nenhuma linha programática que depende dos recursos do FEM. Nenhuma! Apresentaram porcentagens ali de gastos que nada... Inclusive, eram díspares: uma hora ele falava que tinha gastado 10% do fundo com isso; e outra, que tinha que gastar 20% com aquela mesma coisa. Ou seja, eles não trouxeram uma apresentação de onde esses gastos estão sendo realizados e, ao serem interpelados pelos mandatos parlamentares e pelos conselhos, não souberam responder. O governo passou vergonha aqui! Um verdadeiro vexame! Agora, diante do Tribunal de Contas, nós esperamos que eles respondam às informações. E, caso haja desvios de recursos da erradicação da miséria – já estou bastante convencida de que há –, acho que é o caso, inclusive, de perda de mandato do governador, porque quem rouba comida de quem está passando fome não merece governar o Estado de Minas Gerais.

Pessoal é muito duro estar fazendo este debate todo. Mas queria também falar das iniciativas importantes de erradicação da miséria que estão sendo adotadas neste momento de retomada do Brasil. A Beatriz Cerqueira fez uma fala aqui que achei muito relevante: “Enquanto Lula abaixa o preço do filé *mignon* e da picanha” – aliás, o filé *mignon* nunca esteve tão barato no Brasil como agora –, “o Zema aumenta o preço da cervejinha”, dificultando, para o povo brasileiro, comemorar a derrota de Bolsonaro com o seu churrasquinho, que era o que a gente esperava fazer, não é? Então, “Zema, tire a mão do meu latão” é uma frase que tem sido repetida aí por muitas pessoas que estão preocupadas com o aumento do custo de vida da população. A gente fala brincando da cervejinha, mas a gente também olha para outros produtos que são essenciais, tão essenciais quanto um papel higiênico, que, aliás, está na lista dos produtos a serem sobretaxados pelo governo do Estado.

Bom, gente, o governo federal fez, nos processos de reforma tributária, a isenção de impostos sobre itens de consumo direto da população que estão vinculados à cesta básica e também produtos de higiene pessoal, como é o caso dos absorventes, e merece o nosso aplauso por isso. Nós fizemos o L para isso, para poder ver o custo de vida, que impacta diretamente a fome da

população, se reduzir. Os impostos que garantem o preço do arroz, o preço do feijão, o preço do macarrão e também da abóbora, da beterraba subirem... Também vimos o relançamento do Plano Safra, que é um plano focado na agricultura familiar e na agroecologia. Inclusive, hoje, está tendo uma atividade muito bonita, que é o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, da Agricultura Familiar, da qual eu também faço parte. Estive lá em cima, no Plenário, há pouco tempo, saudando os produtores e as produtoras de alimento que, verdadeiramente, matam a fome do povo. É preciso investir na produção familiar de alimentos, porque ela é aquela que combate a fome no campo e cria condições também de alimentar a cidade, de fortalecer a circulação de mercadorias da agricultura familiar entre campo e cidade e de construir espaços de distribuição de alimentos focados na agricultura familiar, como o Cafá, que opera em Belo Horizonte, e também o Centro de Apoio à Agricultura Familiar, que foi criado há alguns anos aqui por iniciativa dos movimentos populares e também da prefeitura.

Temos diversos polos agroecológicos conectando produtores de todas as regiões mineiras, e isso é o que, evidentemente, tem contribuído para erradicar a fome no Brasil. Agora, esses produtores estão, hoje, numa economia que é... Não tem como. Por mais solidário que a gente tente produzir as coisas, eles estão concorrendo com uma economia selvagem, uma economia de mercado, uma economia que produz a fome ativamente, como parte também dos seus lucros. Só políticas públicas podem reverter isso, só a adequada utilização do orçamento público e de fundos, como o da erradicação da miséria, para a gente poder, de fato, ver essa produção que o nosso estado tem em potencial se robustecendo.

Também queria aqui dizer da importância do acesso à terra pela população. A reforma agrária voltou a agenda do dia graças aos nossos inimigos. Com isso, eu queria destacar o fracasso completo da CPI do MST. É a quinta vez que o movimento dos sem-terra, das trabalhadoras e dos trabalhadores sem-terra é levado a uma CPI do Congresso Nacional, e a quinta vez que a CPI não conclui nada em relação às denúncias que existem sobre o movimento. Muito pelo contrário, o MST saiu fortalecido da CPI, porque nem o relatório final conseguiu ser aprovado. A gente tem ali um verdadeiro fiasco da tentativa de criminalização do movimento. Agora, para uma coisa a CPI serviu: para que a população acompanhasse quem são as pessoas que constroem o MST, quem são as famílias que apostam na reforma agrária e para que a própria reforma agrária retomasse a agenda do dia.

A CPI do MST trouxe para o início da agenda de reconstrução do Brasil a importância de a gente atacar os latifúndios improdutivos e transformá-los em espaços de produção de alimentos, com crédito para os produtores, com moradia para o povo, com maquinário, insumos e condições de produção. Isso, sim, pode erradicar a fome no Brasil. Então, viva o MST! E vamos comemorar o fracasso absoluto dessa CPI, que foi puxada no Congresso Nacional. Eu teria vergonha! Eu teria muita vergonha se eu fosse um dos parlamentares que tentou criminalizar o movimento. Nem isso teve... Mesmo com instrumental na mão, tal, a comissão... Enfim, fracassaram porque, de fato, não havia nada ali para ser descoberto.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte) – Agradeço a V. Exa., deputada, um novo aparte. Eu quero aproveitar esta oportunidade para apresentar à sociedade um pouco do balanço do trabalho do bloco de oposição em relação a esse projeto de lei. Esse projeto de lei tramitou em duas comissões. Eu acho didático – sabe, presidente, que está presidindo os nossos trabalhos agora, deputado Gustavo Santana – quando a gente compartilha com a sociedade como funciona o dia a dia do Parlamento. Eu acho que a sociedade, inclusive, tem o direito de acompanhar. É difícil acompanhar, porque os trabalhos acontecem no horário comercial, no horário em que as pessoas também estão trabalhando. Então, é muito importante compartilhar a dinâmica. Esse projeto de lei tramitou em duas comissões: a primeira comissão foi a de Constituição e Justiça; na sequência, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Não fosse o trabalho do Bloco Democracia e Luta, esse projeto, possivelmente, já estaria aprovado e sancionado, porque a gente já aprendeu que, sobre essas questões, o governo é muito rápido. Eu me lembrava de como o governo foi rápido em sancionar a proposição de lei em relação ao IPVA, como ele demorou para sancionar, por exemplo, a proposição de lei sobre o enfrentamento à violência política de gênero e de como ele não fez nada em relação à situação dos aposentados da ex-MinasCaixa, que ele não sancionou e coube à Assembleia a tarefa de transformar em lei algo tão importante para devolver a dignidade às pessoas.

O governo Zema tirou a dignidade dos aposentados da ex-MinasCaixa, e coube à Assembleia devolver. Nem sancionar a lei o governo sancionou, esperou passar todo o período. Então, essa movimentação do governo ou a sua inércia demonstrará como o governo pensa e o que é prioridade para ele.

Então, não fosse o trabalho nosso, o que a gente chama aqui, na Assembleia, de obstrução, que é quando a gente dificulta o andamento de um projeto de lei para que a sociedade tivesse acesso às informações, se mobilizasse, tivesse acesso ao conteúdo, pressionasse o governo... A nossa posição é que esse projeto de lei não tramitasse, mas as alterações que foram feitas no curso foram em função de um processo no qual o Bloco Democracia e Luta teve uma participação protagonista. Nós fizemos o debate de obstrução na Comissão de Constituição e Justiça, onde somos dois representantes em sete, membros da comissão; depois, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, onde também somos dois em sete, minoria, mas nós fizemos um trabalho de obstrução. Quando o projeto chegou ao Plenário, nós fizemos o processo de obstrução no 1º turno, nas discussões. Na sequência, nós também fizemos com que o projeto voltasse para a comissão, e foi o que aconteceu. A comissão fez uma nova análise a partir das emendas apresentadas em Plenário, e só depois o projeto chegou a 1º turno. Fizemos a obstrução antes que o projeto fosse votado em 1º turno. Agora, a gente está na reta final, a última parte, que é exatamente essa obstrução no 2º turno.

Na terça-feira, nós também obstruímos, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e, inclusive, ameaçamos... Ameaçamos não, trouxemos à realidade que a obstrução iria por toda a madrugada, porque nós já passamos pelo escândalo de se marcar reunião, aqui, perto da meia-noite, que é a hora em que as pessoas também não estão acompanhando. Perto de meia-noite, elas não acompanham trabalho parlamentar, não, gente. Perto de meia-noite, elas estão indo dormir. Espanta-me muito essa ideia no Congresso Nacional. Isso acontece, acontecia com certa frequência: você dormia com um direito e acordava sem ele – essa mania que tem de votar de madrugada, a retirada de direitos ou a piora da vida da população. Então, nós conseguimos evitar essa vergonha de votação de aumento de impostos de madrugada.

Acho também que os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária foram muito sensíveis a este debate, porque eles também poderiam, na sua maioria, terem bancado e nós entraríamos a madrugada afora fazendo discussão sobre aumento de impostos. Durante todo o dia desta quarta-feira, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária só terminou os trabalhos por volta das 18 horas e a reunião abriu, se eu não me engano, às 9 horas da manhã, por volta desse horário. Então foi o dia inteiro de obstrução para tentar se avançar. Esse é o nosso papel aqui ao fazermos também uma oposição. A oposição aqui, na Assembleia, não decide tudo mas ela contribui para minimizar danos. E a gente minimiza muitos danos. A própria situação de colocar prazo para esse aumento extraordinário... Repito, gente, o imposto vai a 27% para vários produtos. Vi matérias hoje do jornal dizendo que, com o aumento de impostos e mais outros fatores, o preço da cerveja pode chegar a 16% a mais, muito rapidamente. Então ter prazo para finalizar esse extra de impostos do governo Zema foi um aspecto importante.

A vinculação, se não me engano, no texto que está agora para discussão no Plenário, é de 15%. A vinculação para efetivamente uma política de assistência social, porque não tinha... Foi isso, deputada Bella, que mais me espantou. Como é que o governo, com o argumento de fazer ações de enfrentamento à erradicação da miséria, não vincula dinheiro para ações para erradicar a miséria? Foi o trabalho do bloco, liderado por V. Exa. e também pelo nosso líder Ulysses Gomes que possibilitou uma vinculação mínima. Então acho que esses são aspectos importantes.

Eu faço essa síntese porque possivelmente, por mais que nós nos empenhemos na obstrução, a obstrução tem um limite. O regimento diz as regras e uma hora nós teremos utilizado todos esses instrumentos. Possivelmente nós votaremos esse projeto ainda hoje, depois de todo tempo de obstrução, porque a oposição tem o direito de fazê-lo. Eu presto contas à sociedade daquilo que nós trabalhamos e desmistificamos a ideia de supérfluos, porque vários produtos hoje são essenciais. Você pode dizer para aquele trabalhador que é superexplorado, que trabalha com entregas, que o celular é supérfluo para ele e, portanto, pode-se aumentar o

imposto? Você pode dizer que os produtos cosméticos são supérfluos para a manicure que depende do preço deles e da sua prestação de serviço para viver, ou de uma cabeleireira, nos serviços prestados por um salão?

Nós estamos numa capital – eu sou belo-horizontina e amo muito Beagá – que tem uma característica maravilhosa de acolhimento. Você sai em Beagá, no final da tarde e à noite, e vai em restaurantes, em barzinhos, em lugares bacanas para tomar um refrigerante, um suco, uma cerveja para aqueles que podem e gostem, e nós estamos aumentando o preço da conta do consumidor. Espanta-me uma coisa, Bella: por que os grandes não estão ocupando as galerias? Eu estou vendo aqui bandeira do Sind-UTE e estou vendo bandeira da CUT. Acabei de receber um manifesto, um abaixo-assinado organizado por vários movimentos sociais contra esse aumento de impostos. Os grandes talvez não se mobilizaram tanto porque eles já fizeram a conta e só vão repassar o aumento do imposto para o consumidor final. E naquilo que parece que diminui o lucro, quem vai pagar a conta é o trabalhador, o trabalhador autônomo, o trabalhador vinculado formalmente a esses grandes estabelecimentos. Eu senti falta desses grandes aqui, no debate. Isso quer dizer que quem vai pagar essa conta, além do consumidor final, vai ser também o trabalhador destes locais: de restaurantes e de bares; os prestadores de serviço; você pode dizer, quem vive. Aqui estão talvez os melhores profissionais de Belo Horizonte, na fotografia, no vídeo. Você pode dizer que câmeras fotográficas e todos esses materiais não são essenciais para um setor que está se reerguendo depois de uma pandemia? Então, até essa discussão de supérfluos, o governo tentou colocá-la como justificativa e não colou, porque a realidade é bem diferente. Eu não tenho dúvida de que nós também contribuimos porque o tempo foi essencial para uma mobilização da sociedade para retirar do projeto a ração para pets. Se o governo tivesse aprovado no tempo que ele queria, ração para pet estaria incluído. Nós, ao esticarmos esse tempo, através da obstrução, possibilitamos que outros parlamentares e setores da sociedade se mobilizassem para uma conquista que foi importante para todo mundo, não só para quem defende a causa animal, que tem o seu cachorro, que tem o seu gatinho na sua casa. Então foram ações importantes.

Eu queria, ao finalizar a minha participação com V. Exa., nesse tempo de discussão, trazer à memória esse trabalho do Bloco Democracia e Luta.

A deputada Bella Gonçalves – É importante, deputada Beatriz, ressaltar que o processo de obstrução do Bloco Democracia e Luta, até agora, conquistou que o pagamento desses impostos que estão sendo sobretaxados não seja infinito, seja até 2026; conquistou também a retirada do artigo “rações de *pets*” dos itens supérfluos; conquistou a taxação de um mínimo percentual do Fundo de Erradicação da Miséria para a assistência social; conquistou também a apresentação e o compromisso do governo de que haja uma tramitação mais acelerada de um projeto de lei para reformar o Fundo de Erradicação da Miséria.

Queria contar que nós estamos já colhendo as assinaturas para um projeto de lei: para que haja mais controle e participação da sociedade sobre o recurso destinado ao Fundo de Erradicação da Miséria; para que haja prestação de contas periódicas e maior transparência inclusive para a Assembleia Legislativa em relação a esse fundo – o FEM; também para que o comitê gestor do FEM seja paritário entre sociedade civil e governo; e para que os recursos dos FEM sejam utilizados exclusivamente nas atividades finalísticas de enfrentamento à fome, à pobreza, à miséria e à extrema pobreza.

Há hoje, em Minas Gerais, mais de 22 mil pessoas vivendo em situação de rua. Um recurso como esse poderia servir para construir moradia, políticas de trabalho, emprego e renda, políticas inclusive de garantia de água para a população em situação de rua, que hoje vem padecendo nas nossas cidades. Não é justo e não é legítimo que esse recurso seja desviado para outras funções.

Como eu disse, aguardo ansiosamente a auditoria do Tribunal de Contas sobre o FEM, porque, caso fique comprovado o desvio de recursos da erradicação da miséria para áreas que nada têm a ver com a erradicação da miséria, isso será motivo mais que suficiente para a perda de mandato do governador, isso será motivo para o impeachment do Zema, não tenho a mínima dúvida, porque quem rouba dinheiro da boca das famílias que passam fome no Brasil para pagar dívida de campanha com o seu apoiador Salim Mattar, dono da Localiza, não tem moral, não tem ética, não tem condições de governar o Estado. É um sanguessuga.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte) – Deputada Bella, obrigada pelo aparte. Eu só quero reafirmar a importância da atuação do Bloco Democracia e Luta no contexto da discussão desse projeto. Nós já demonstramos aqui com as nossas falas, com as nossas emendas, o quanto estamos preocupados com a questão do aumento do imposto, mas sobretudo com a construção de um fundo de erradicação da pobreza que realmente funcione, que realmente atenda à necessidade da nossa população, que promova ações efetivas para o combate e o enfrentamento dessa miséria.

Quero reafirmar o nosso compromisso com a fiscalização desse fundo e falar ao Bloco Democracia e Luta, aqui representado por muitos colegas deputados, muitas colegas deputadas, pelo nosso líder Ulysses, da importância que tivemos. Votamos contra o aumento do imposto, conseguimos tirar alguns produtos, mas conseguimos também um avanço com o comprometimento de um percentual do fundo voltado para a assistência social. Então, parabéns ao Bloco Democracia e Luta, que mais uma vez demonstrou compromisso com Minas Gerais e compromisso com a nossa população.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, deputada Ana Paula. Seguimos em luta, e agradeço a todas as pessoas que estão caminhando ao meu lado. Tenho aprendido muito aqui, na Assembleia, com vocês. Agradeço também à assessoria do bloco, que tem estado sempre atenta a essas questões todas. Vamos avançar. O nosso compromisso é com Minas Gerais.

O Zema, como eu disse, não é nosso inimigo, ele é um adversário político. Inimigo do nosso bloco, inimigo do meu mandato é a fome, e, contra ela, nós vamos lutar até o fim para erradicá-la no Estado de Minas Gerais.

O presidente (deputado Gustavo Santana) – Com a palavra, para discutir, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Bom dia a todos e a todas; bom dia, presidente Gustavo, que nos honra com a sua presidência; e também bom dia aos demais deputados e deputadas. Vou pedir licença, antes de construir minha fala, para colocar alguns produtos aqui: um *gin*, deputado Alencar da Silveira, que eu descobri que é daqui, de Belo Horizonte, e inclusive quero parabenizar o seu produtor, mineiro que engrandece esse setor. Eu vou colocar tudo aqui, e aí a gente fala de todos de maneira geral. Esse aqui todo mundo conhece, não é? (– Mostra um aparelho celular.) Supérfluo; isso aqui virou supérfluo. Inclusive nós encontramos aqui uma raridade, uma relíquia. Quem vê fala: “Olhe o aparelho celular que tem a lanterninha!”. Se lembra deste? Usou há muito tempo, deputado Alencar? Como eu não poderia trazer aqui nem o xampu nem o creme para cabelo, simbolizando o setor de cosméticos, eu trouxe um creme de barbear, que simboliza todo o setor de cosméticos; higiene pessoal, então um desodorante; e mais um refrigerante. Não poderia me esquecer desta pérola da gastronomia mineira. Atenção, mineiros e mineiras, são alguns desses itens aqui que estão sendo considerados como bens supérfluos!

Mas eu gostaria de fazer a leitura, ontem eu a fiz na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e é extremamente importante. Nós temos a consciência do que significa a palavra “supérfluo”. Eu até dizia, deputado Cristiano Silveira, que uma vez eu corrigi um aluno que disse: “Ah, professor, eu vi essa palavra no pai dos burros”, que é como geralmente nós chamávamos os dicionários. E eu falei para ele: “Não; pai dos burros, não. Nenhum burro recorre a um dicionário, ele é o pai dos inteligentes”. E, recorrendo ao pai dos inteligentes, ao Houaiss, ele nos dá o seguinte significado da palavra “supérfluo”: o que é dispensável, que apresenta caráter desnecessário, redundante, falta de necessidade, que é demais, que é demasiado, que é excedente, que é ornamentação supérflua, que se define pelo excesso, pelo exibicionismo, extravagância. E então vários destes produtos aqui, que foram considerados supérfluos por esse projeto, nós não podemos chamá-los de extravagantes, não podemos considerá-los demasiados, que excedem, que ornamentam, que são fatores de exibicionismo, deputado Ricardo Campos.

Eu trouxe aqui, já falei do *gin*, mas gostaria também de lembrar o que está sendo taxado. Eu acho que muitos deputados conhecem. Este refrigerante aqui é um tradicional refrigerante mineiro, de Uberlândia, refrigerante bastante conhecido no Triângulo Mineiro. Mas esse refrigerante simboliza também o Abacatinho, da Região da Zona da Mata; a Sódinha, do Sul de Minas, produzida pela Jota Efe, de Ouro Fino; o produzido pela Frutty, de São Gonçalo do Sapucaí; simboliza o refrigerante Mantiqueira, que é produzido em Itamonte, e é muito conhecido ali, nas Terras Altas da Mantiqueira; simboliza, deputado Alencar da Silveira, esses

produtores que não têm a sua marca comercializada em uma grande loja de *fast food*. Ninguém, por exemplo, chega aqui, numa conhecida rede de *fast-food*, e pede um Big Mac e um abacatinho. Ninguém pede um Cheddar McMelt e uma sodinha. Se pedir, vai passar vergonha. E nem estão nas grandes redes de supermercado.

Eu trouxe aqui, deputado Chiara Biondini, um suco de uva produzido pela Casa Geraldo, de Andradas. Assim como este vinho, deputado Alencar, que é um grande apreciador de vinho... Não sei se conhece o Shyraz, produzido pela Casa Geraldo, que é uma pérola na gastronomia mineira. (– Intervenção fora do microfone.) Só se não for este aqui. Este aqui eu ganhei do deputado Rodrigo Lopes. Este é um vinho de inverno.

Mas por que ele está aqui? Por que o suco de uva da Casa Geraldo está aqui? Porque esse aumento do imposto sobre as nossas vinícolas pode levar a um desastre, à fuga de empregos e à mudança até para São Paulo. Andradas está do lado de São Paulo; é só atravessar a rodovia e você vai para o estado cujo imposto chega a 12%.

Está aqui a cerveja sem álcool, representada por uma grande marca. O aparelho celular, que a gente exaustivamente discutiu, debateu, apresentou na FFO e na Comissão de Administração Pública, questionando essa lei, que é de 2011, e precisa de atualização. Desde quando o aparelho celular pode ser considerado item supérfluo? Ele vai ficar mais caro, mineiro e mineira. Está aqui Whey Protein, que é utilizado pelos nossos atletas, inclusive em algumas dietas aconselhadas pelos nutrólogos, nutricionistas e afins. Trouxe aqui um creme de barbear, também um higienizador bucal, um desodorante, tudo que vai ficar mais caro.

Agora, quando a gente pega um creme de barbear, simbolizando o setor de cosméticos... Atenção, você que é proprietário de uma barbearia, você que é manicure, você que é pedicure, você que tem um salão de estética: você vai ter que aumentar o preço. Se aumentar o preço, você corre o risco de ter a fuga dos clientes. Se você não quiser perder clientes, para não aumentar o preço, vai ter que cortar gastos com funcionários. Então o efeito devastador do aumento de impostos é exatamente a geração de um outro problema, e eu tenho batido nisto: é a questão do desemprego.

Deputado Ricardo Campos, concedo-lhe um aparte. Fique à vontade. É uma honra tê-lo aqui participando deste debate tão importante conosco, neste final de manhã e início de tarde.

O deputado Ricardo Campos (em aparte) – Obrigado, nobre colega, deputado Professor Cleiton. Eu faço coro ao que o nobre amigo parlamentar tem trazido aqui. Esse rol de produtos consumidos pela população mineira no dia a dia, em especial pela classe trabalhadora, em especial por aqueles que realmente fazem uso, não de forma supérflua, não para esbanjar, mas porque precisam... O senhor bem colocou, e eu bem sei, porque sinto na prática, vejo na prática: uma manicure, uma pedicure, um salão de beleza, que são a maioria dos empreendimentos da área da beleza no Estado, serem penalizados com o acréscimo de valor de imposto, que na fonte é de 2%, mas na prática pode chegar a 10%... Vai ter ali aferida a sua renda mensal em função de ter que elevar os preços, e, com isso, colocar para correr os clientes dos seus salões.

O trabalhador, que trabalha semanalmente, incansável, para sustentar sua família e que agora tem direito, graças ao presidente Lula, que colocou carne na mesa do povo brasileiro novamente, de fazer um churrasquinho no final de semana, tem o risco de ter a sua cervejinha, os seus refrigerantes, os seus sucos majorados em quase 16%, conforme os dados apontados pela estatística da economia, e que nós vimos aí também sendo penalizados. Talvez pudesse propor, dentro da proposta do FEM, a majoração de receita nos produtos realmente supérfluos: nos helicópteros, nas lanchas, nas embarcações de alta navegabilidade. Não nas navegações dos ribeirinhos, dos pescadores. Pelo contrário, deveríamos ali promover o subsídio.

E aí, deputado Cleiton, eu proponho também, nesta Casa, a nossa emenda, para que, assim como o governador concedeu uma isenção bilionária para a Localiza, para as locadoras de veículos, na Lei Salim Mattar, que nós pudéssemos aqui aprovar também uma isenção do ICMS na conta de luz e na conta de água – que na luz chega a 31%, que na água chega a 18% – para os nossos hospitais filantrópicos, para as nossas entidades sociais, como as Apaes, como os asilos. Eu peço muito o apoio do presidente para que

nós possamos vencer essa barreira técnica, porque o mais importante é o benefício do povo. E não é justo conceder R\$1.000.000.000,00 de isenção fiscal para as grandes locadoras no ano em detrimento de nenhum benefício para quem mais precisa.

E mais ainda: nós vimos aí um possível aumento de arrecadação de R\$1.000.000.000,00. Para ser investido onde? Eu quero muito que esta Casa aprove que esse recurso seja investido realmente nos nossos grotões, para combater a fome, a miséria e a pobreza. E eu não falo contrapondo a questão do Sul maravilha, mas falo, em contraponto, que o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri, onde há municípios com o menor IDH do Estado, não tem sequer água nas comunidades rurais, não tem sequer telefonia nos distritos. Enquanto se discute internet de qualidade nos bairros e nas praças das grandes cidades da Região Metropolitana do Sul de Minas, do Triângulo, nós não temos nem telefone nas nossas regiões dos distritos norte-mineiros, do Jequitinhonha, do Noroeste e do Mucuri. Não temos água nas comunidades rurais.

Recentemente o governo anunciou a volta do programa PAA Leite, o Programa de Aquisição de Alimentos Leite, que antigamente era denominado Leite pela Vida. Nós temos cobrado, desde o início do nosso mandato desta legislatura, a volta do programa. E o governo anunciou a retomada do programa, Professor Cleiton, com recursos oriundos da gestão passada. Saldo em conta de quase R\$7.000.000,00, de um convênio ainda de 2014, que nós executamos no Idene, mas não vimos um centavo sequer do governo estadual no programa de erradicação à miséria.

Então eu queria pedir, caso venha a ser aprovado esse projeto – e parece que vai ser –, que sejam revistas algumas alíquotas de imposto para as vinícolas, para as cervejarias, para os cosméticos e que seja incluída a possibilidade de concedermos recursos para a finalidade proposta, que é, presidente, a erradicação da miséria na prática. É um apoio ao desenvolvimento com equidade. Eu falo: não sou eu que defini essa teoria, mas a equidade é promover mais ações onde mais precisa; não é distribuir recursos igualmente para todo o mundo. Obrigado, Professor Cleiton, pelo aparte. Essas são as nossas considerações.

O deputado Professor Cleiton – Parabenizo V. Exa. pelas palavras, não só pelas palavras, mas também pela ação. Sou testemunha das suas emendas que eram muito pontuais, sobretudo pensando nos nossos hospitais filantrópicos, entidades filantrópicas e afins, mas, infelizmente, nós fomos derrotados na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Continuando, eu gostaria também de lembrar que, em 2019, deputado João Magalhães, eu votei favoravelmente a esse projeto porque sua finalidade era erradicar a miséria, mas o que foi gasto, de 2019 para cá, com esse projeto não demonstra nenhuma preocupação com essa área e com o setor. Nós sabemos da situação fiscal do Estado; nós sabemos que o Estado precisa arrecadar mais, mas nós também não queremos votar para penalizar os geradores de emprego e renda, setores importantes e pontuais, que promovem o turismo, a gastronomia e que estão também nos rincões do nosso estado, nos 853 municípios, na relação com as nossas comunidades periféricas, no essencial do trabalho dos motoristas de aplicativo, daqueles que hoje são motociclistas – motoboys – e dependem desse trabalho e de um aparelho celular para alimentarem suas famílias.

Estamos votando aqui por todos os mineiros e as mineiras e, se nós somarmos todos esses produtos aqui... Imagine você, que está nos assistindo, que está nos acompanhando, que está nas galerias, se nós pudermos majorar cada produto aqui e se, ao final, fazermos a soma e incluir mais 2%, nós veríamos o que isso vai gerar de custo, de gasto para você, cidadão e cidadã. Ao mesmo tempo, é bom nos lembrarmos do seguinte: 2% para um refrigerante, no final das contas, vai se transformar em quase 8%. É uma conta complicada, mas é só para chamar a atenção. Segundo matéria do jornal O Tempo, de manhã, o setor cervejeiro vai ser penalizado em quase 16% de aumento – também uma conta complicada. E o setor avisa: Minas Gerais vai incorrer no risco de perder investimentos nesse setor e de sofrer a fuga da produção das cervejarias do Estado de Minas.

Se fosse mesmo um projeto, não para engordar o caixa do Estado, simplesmente, e não para aumentar a arrecadação, mas para erradicar a miséria e combater a pobreza – nós estamos falando de quase 3 milhões de mineiros que hoje vivem com R\$89,00 por mês, conforme pesquisa da UFMG; estamos falando de 58% dos lares mineiros em se tratando de segurança alimentar –, se fosse para resolver esse problema, presidente e demais deputados e deputadas, o deputado Professor Cleiton seria o primeiro a votar

favoravelmente. Mas não é! O projeto não tem essa intenção, e, ao não ter essa intenção, ao elevar os impostos, nós encaminhamos pelo voto “não” e pedimos aos pares que ajudem o governador. Base do governo, ajude o governador a cumprir a promessa de campanha; ajude o governador a não promover aquilo que nós vimos no dia de ontem.

Nós estamos diante de algo que, na política, é muito comum na nossa história: a criatura se voltar contra o criador. A criatura Romeu Zema se voltou contra o seu criador, o Partido Novo; a criatura Romeu Zema se voltou contra o seu criador, o João Amoedo. Vivi para ver João Amoedo criticando Zema e o Partido Novo. Nas suas palavras, de “novo”, o partido tem apenas o nome: não manteve a sua coerência; não está sendo correto com as suas bases fundantes e com aquilo que pretendia ser diferente no seu nascedouro. Vivi para ver liberal propondo aumento de impostos. É isso, presidente.

Solicito a esta Casa que tenha prudência nessa votação e que não penalize o consumidor e a consumidora, sobretudo, o empresário que promove geração de emprego e renda no nosso estado. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, Professor Cleiton. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, visitantes das galerias, não muito diferente dos oradores que me antecederam, a minha posição já ficou clara em relação a esse projeto. O nosso voto é “não”, não ao aumento de impostos. E o que eu gostaria, colega deputado Professor Cleiton, que fez uma belíssima exposição em relação aos produtos que ele conseguiu trazer aqui, representando, é dizer que são produtos que vão afetar a vida dos mais humildes. É bom deixar isso claro.

O aumento de imposto proposto pelo governador Romeu Zema, através desse projeto de lei, o Projeto de Lei nº 1.295/2023, na prática, com o aumento desses impostos, ele acaba afetando os mais humildes. São os mais humildes que serão afetados, e eu já disse isso aqui várias vezes, e repito numa tentativa de sensibilizar os colegas deputados e deputadas para rejeitarem a matéria. Mas não é uma tarefa fácil. Às vezes, sensibilizar deputado que está alinhado com o governo é muito difícil, mas muito difícil, quase impossível, por sinal.

Em relação aos produtos que foram colocados, eu costumo dizer que o cara que bate volante o dia inteiro vai precisar... Olha, gente, taxar o *smartphone*, o telefone celular, como produto supérfluo, significa o governador zombar da inteligência das pessoas mais humildes. Eu falei isso na Comissão de Fiscalização, ontem, e falo agora. Há um cidadão que tem um carrinho de pipoca, na Praça da Assembleia, e outro que está na porta de entrada da Assembleia, na Rua Rodrigues Caldas, com um carrinho de bala. Quantas vezes a gente vê um cidadão falar: “O senhor aceita pix?”. Aí ele abre o celular: “Sim”. Ele vai lá e confere: “Mande aqui o comprovante”. Essas pessoas, hoje... O cara que, às vezes, está vendendo ali, na Feira Hippie, o ambulante, as pessoas mais humildes precisam do *smartphone* no comércio, assim como o motorista de aplicativo, o taxista. São tantas pessoas... Hoje, o aparelho, o telefone celular tem dezenas e dezenas de funções. Ele é muito necessário. É o contrário: ele é extremamente necessário a toda a população.

Mas quando o governador Romeu Zema, que gosta de pegar a brasa com a mão dos outros, pede aos deputados da base de governo: “Vote ‘sim’ ao aumento de imposto”, ele prejudica quem? Prejudica você, que é trabalhador, que depende do celular, que é uma pessoa mais humilde. O cidadão rala a semana inteira, muitas vezes, em serviço braçal, suando a camisa, nas suas diversas profissões. Aí, chega o final de semana, o que o cara quer? Ele não tem dinheiro para ir a uma pousada, ele não tem dinheiro para viajar, ele não tem dinheiro para um lazer melhor, então ele quer tomar pelo menos a cervejinha. Está aqui, olhe. Como é que o cara vai tomar a sua cerveja? Como ele vai tomar sua cerveja? O Zema aumentou o imposto. O Zema, através dos deputados da base de governo, vai aumentar o imposto da cerveja. E quem vai pagar a conta? É você, cidadão; é você, trabalhador. Quem mais sofrerá com os aumentos são os mais humildes.

Aí vem aqui e aumenta o preço do vinho, do refrigerante. Rico não toma refrigerante; rico toma suco natural, porque tem lá toda a sua dispensa à vontade. Quem toma refrigerante? São os mais humildes. Como é que o cidadão vai fazer o almoço de domingo

no seu final de semana? Ele quer servir um refrigerante, mas, não, o governador Romeu Zema, com os votos do deputado da base, vai aumentar o imposto do refrigerante. Além disso, querem aumentar imposto de comida para atleta, alimentação para atleta. O cara não pode nem cuidar da saúde, deputado Caporezzo, não pode cuidar da saúde. Quem dera, Caporezzo, se toda a população tivesse condições de ser atleta, tivesse tempo para isso! O atletismo faz o quê? Cuida bem da saúde. E se cuidar bem da saúde, haverá um impacto menor na rede pública de saúde. Vai gastar menos. Então se ele pratica esporte, se ele tem condições... Mas vai lá o governador propor aumento do imposto da alimentação de atleta. Então a gente avalia em que ele está mexendo. E está chamando isso de supérfluo. Isso é covardia com a população – covardia.

Eu trago aqui, deputado Caporezzo, algo que diz respeito diretamente a mim e a V. Exa., como profissionais de segurança pública. Refiro-me a mim, a V. Exa., ao deputado Coronel Sandro, à deputada Delegada Sheila, ao deputado Christiano Xavier, que somos oriundos dos quadros da força de segurança. Eu aprovei, deputado Caporezzo, um projeto de lei – V. Exa. ainda não havia chegado; se estivesse aqui teria votado favoravelmente, com louvor. A Lei nº 23.869, de 4/8/2021, não teve um voto contra; foram dois turnos. O governador sancionou a lei, sancionou. O Zema sancionou a lei, mas aí, Caporezzo, faltou boa vontade de o governador fazer a interlocução com os governadores para a votação no Confaz, para que o Confaz chancelasse, e a gente reduzisse a alíquota na compra de armas e munições pelos profissionais de segurança pública.

Nós conseguimos tirar os 25% da lei. O Zema não se empenhou, a lei virou letra morta. Nossa lei não ganhou efetividade porque o Zema não tem sensibilidade com os profissionais de segurança pública. Agora, o governador não trabalhou para reduzir a alíquota da compra de armas e munições para os profissionais de segurança pública. Professor Wendel Mesquita, deputado Rafael Martins, às vezes, o entendimento de um colega deputado ou de uma colega deputada, diferentemente... Por que nós pedimos a isenção? Porque o policial militar, o policial civil, o policial penal, quando terminam o turno de serviço, têm que deixar a arma da corporação na intendência. Aí, para salvaguardar a sua vida, a vida dos seus familiares, a sua proteção, deputado Arnaldo Silva, ele tem que comprar a própria arma. E a arma é um instrumento de trabalho, mas não é só isso, é para a sua proteção e para a proteção da própria família.

Mas o Zema está fazendo o quê? Aumentando o imposto de armas e munições. E, por duas vezes, deputado Caporezzo, o Zema assumiu o compromisso de fazer a recomposição da perda inflacionária. E todos esses produtos que ele está aumentando vão afetar a vida dos nossos profissionais de segurança pública, porque eles também tomam cerveja, tomam refrigerante, bebem vinho. Há alguns que são atletas, que precisam... Eu entendo que o aumento de imposto proposto pelo Zema, primeiro, contraria a própria palavra. O governador deu entrevista e disse: “Olha, no meu primeiro mandato, nós não aumentamos nenhum imposto, porque eu sou contra o aumento de imposto”. Como é que o governador é contra o aumento de imposto e pede aos deputado da sua base para aprovar o imposto? É algo incoerente.

Agora mesmo, deputado, Caporezzo, acessando aqui o Jornal Itatiaia, está aqui, postado hoje: “O governador Romeu Zema, do Novo, usou suas redes sociais na manhã desta quinta-feira, 28, para prestar solidariedade às vítimas das chuvas e inundações no Rio Grande do Sul e colocar o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais à disposição do governo gaúcho”. Ou seja, mais serviço para os nossos profissionais de segurança, mais serviço para os bombeiros. E neste mesmo momento o governo está aumentando imposto de diversos produtos, prejudicando toda a população, mas principalmente o aumento de imposto prejudica, Sr. Presidente, os mais humildes. Essa é a realidade. E você que é trabalhador, você que trabalha o dia inteiro, você que necessita tomar uma cervejinha no final de semana, comprar um refrigerante para os seus filhos no final de semana para tomar, você que quer comprar uma comida para atleta, você que precisa do seu *smartphone* para trabalhar, o governador Romeu Zema está propondo aqui o aumento de impostos para esses produtos e alega que são produtos supérfluos, talvez porque o governador seja um homem milionário e isso aqui não faça diferença para ele. É lamentável. Mas quero aqui reafirmar: votei não no 1º turno, e o meu voto é não, não ao aumento de impostos proposto por Romeu Zema aqui em Minas Gerais.

O deputado Caporezzo (em aparte) – Parabéns pelas suas palavras, deputado Sargento Rodrigues. Gostei dos itens que o senhor trouxe, principalmente o guaraná mineiro de Uberlândia, trouxe também o guaraná Mate Cola, lá da terra do deputado Gustavo Santana, Teófilo Otôni. Quero mais uma vez, pela terceira vez colocar aqui as palavras do governador Romeu Zema, na época da campanha, não é após eleito não. (– Aproxima o celular do microfone.)

Governador, essa conta do aumento de impostos não pode cair sobre o Poder Legislativo. Isso é responsabilidade sua. A base do governo, os que estão votando, estão votando porque falaram para a população o quê? Que iriam apoiar o governador, mas o senhor deveria ter a postura de honrar com a sua palavra. Por que não falou, na época da campanha, que iria votar aumento de imposto? É só mais uma vez que o senhor fala algo e não cumpre, como prometeu para a segurança pública a recomposição das perdas inflacionárias. Gosta de falar que temos em Minas Gerais a melhor polícia do Brasil, mas, na hora de reconhecer, dá uma banana para as forças de segurança pública. Eu tenho palavra. Falei que jamais irei votar aumento de imposto. Então, não votei na primeira votação e não irei votar agora. Essa culpa não vou carregar. Depois de ver um governo que vergonhosamente, em âmbito federal, tem aumentado imposto, com aquele poste do Fernando Haddad, que é um irresponsável, chegar aqui agora em Minas Gerais, em vez de ter uma postura de direita... O senhor não fala que é de direita? Conservador, político de direita não vota aumento de imposto com o pretexto esfarrapado de acabar com a miséria, porque nós sabemos, de maneira técnica, que a gente reduz a miséria e a pobreza reduzindo impostos e não aumentando o peso do leviatã estatal nas costas do trabalhador.

Cumpra com a sua palavra, seja homem! É só ligar. Ligue para a sua base aqui e dizer: não é mais para votar esse projeto porque decidi que a minha palavra ainda tem algum preço, que ainda tenho apreço pelo que falo. É isso que esperamos do senhor: não passar essa pouca-vergonha desse aumento de imposto.

Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. A direita vive em Minas Gerais.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, já encerrando, só para deixar claro a nossa TV Assembleia, mais uma vez, que o nosso voto é não. Nós não compactuamos com o aumento de impostos, principalmente, porque quem será mais afetado é o trabalhador, o cidadão mais humilde. É isso que o governador Romeu Zema faz na data de hoje, dia 28/9/2023, aqui no Plenário da Assembleia. O governador Romeu Zema, ao aprovar o PL nº 1.295, está aumentando impostos e, principalmente, os mais humildes é que serão afetados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Não há outros oradores inscritos.

– Vêm à Mesa as Emendas nºs 1 a 3, acordo de líderes e decisão da presidência, que foram publicados na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda da deputada Bella Gonçalves, que recebeu o nº 1, uma do deputado Ricardo Campos, que recebeu o nº 2, e uma dos deputados Cassio Soares, Gustavo Santana, Ulysses Gomes, Carlos Henrique e Doutor Jean Freire, que recebeu o nº 3, e que, por conter matéria nova, veio acompanhada de Acordo de Líderes, que foi acolhido pela presidência, que determinou seu cumprimento; nos termos do inciso I do art. 228 do Regimento Interno, deixa de receber a Emenda nº 2 por tratar de assunto não versado na proposição principal; e informa que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, as Emendas nºs 1 e 3 serão submetidas a votação independentemente de parecer. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado João Vítor Xavier) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 59 deputados. Portanto, há quórum para votação. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “não” do deputado Rodrigo Lopes. Portanto, votaram “sim” 31 deputados; votaram “não” 27 deputados, totalizando 58 votos. Está aprovado o substitutivo, salvo emendas.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Lud Falcão (PODE)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Thiago Cota (PDT)

Vitório Júnior (PP)

– Registraram “não”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados; votaram “não” 34 deputados, totalizando 50 votos. Está rejeitada a Emenda nº

1.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Elismar Prado (PROS)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Marquinho Lemos (PT)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PATRIOTA)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)

Marli Ribeiro (PSC)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Thiago Cota (PDT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 3.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Carlos Henrique. Portanto, votaram “sim” 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 3. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.295/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com a Emenda nº 3. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PATRIOTA)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.493/2020, do deputado Doutor Jean Freire, que dispõe sobre o tratamento de paciente com gigantomastia e estabelece prazo para tratamento no âmbito do Sistema Único de Saúde. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” da deputada Bella Gonçalves. Portanto, votaram “sim” 54 deputados; não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.493/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.196/2017, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a implantação do programa de orientação e prevenção do câncer do intestino e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Gustavo Santana, Lucas Lasmar e Noraldino Júnior. Portanto, votaram “sim” 54 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica

prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.196/2017 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Saúde.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.964/2021, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PATRIOTA)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.964/2021 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.041/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, que Institui o Polo de Componentes de Condutores de Energia de Guaxupé. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do

Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.505/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, que reconhece como de relevante interesse cultural e patrimônio imaterial do Estado o Cemitério dos Escravos, localizado no Município de Santa Luzia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição do projeto original. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Mário Henrique Caixa. Portanto, votaram “sim” 51 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.505/2022 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Cultura.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 76/2023, do deputado Grego da Fundação, que institui a Campanha de Conscientização sobre a Castração e Combate ao Câncer em Animais no âmbito do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 3.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Betinho Pinto Coelho. Portanto, votaram “sim” 50 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 3. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados os Substitutivos

nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 76/2023 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Meio Ambiente.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PSC)

Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Laviola (NOVO)

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.295/2023 (– À sanção.).

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, pela ordem. Registre o voto “não” do nosso Bloco Democracia e Luta, por favor. Obrigado.

O presidente – Registre-se o voto “não” do bloco na redação final desse projeto; e, da mesma forma, do deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para a declaração de voto, o deputado Rodrigo Lopes.

Declaração de Voto

O deputado Rodrigo Lopes – Sr. Presidente e nobres colegas parlamentares, a minha declaração de voto diz respeito ao projeto do FEM. Nós tivemos aí uma batalha, nos últimos dias, defendendo a questão da vitivinicultura e apresentamos emenda em 1º turno, apresentamos em Plenário, apresentamos também na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e, infelizmente, não conseguimos lograr êxito. Considero que a cadeia produtiva de vinho vá ser muito prejudicada por conta de mais esses 2%, além de haver deslealdade de concorrência com o Estado de São Paulo, que pratica uma alíquota de ICMS de 12% e que tem uma substituição tributária zerada. É uma questão que deixo aqui, um lamento que deixo, um registro que deixo, porém é uma batalha perdida, mas não uma guerra, porque vamos seguir na luta junto com os produtores de vinho de Minas Gerais, na busca pelo fim da substituição tributária e pela redução da carga tributária de ICMS, buscando levar o vinho para a classe de produtos derivados da uva, assim como os demais produtos da uva. Minas Gerais tem um grande potencial na produção de vinho. Minas Gerais tem a técnica da colheita de

inverno que foi protagonizada pela Epamig, mas Minas Gerais não tem competitividade tributária para o vinho de Minas Gerais. Então é uma grande perda que temos. Lamentavelmente, tivemos o aumento de mais de 2%, e o ICMS do vinho passa de 25% para 27%, junto com os demais produtos, e lamento porque é um produto que precisaria muito de incentivo. Então nós tivemos uma batalha perdida. Esse aumento não se deu com o meu voto, pois votei contrariamente. E sigo com o meu compromisso com todos os produtores de vinho de Minas Gerais na busca de uma melhor tributação. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A presidenta (deputada Leninha) – Eu gostaria de esclarecer ao Plenário que a gente vai fazer uma breve interrupção nas declarações de voto para votarmos pareceres de redação final. E, em seguida, nós seguiremos com as declarações.

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.667 e 2.850/2021, 3.443/2022 e 78, 311 e 315/2023 (– À sanção.).

Declarações de Voto

O deputado Eduardo Azevedo – Obrigado, Sra. Presidente. Vamos deixar bem clara a nossa declaração de voto. Eu quero dizer hoje ao Plenário que somos contra qualquer aumento de impostos, tributos, seja do governo federal seja do governo estadual. Queria escancarar agora certa incoerência e hipocrisia daqueles deputados que subiram nesta tribuna para atacar o governo Zema sobre o aumento de impostos. Reitero que sou contra todo e qualquer tipo de aumento e de imposto. Sempre votarei contra aumento de salário de político, aumento de tributo e aumento de imposto, porém precisamos ter coerência. Este Parlamento precisa ser coerente. Se a galera que veio aqui, bateu no governo do Estado dizendo que é contra o aumento de imposto no Estado, e tem que ser contra mesmo... Eu estou fazendo agora uma nota de repúdio ao governo federal. Sabem por quê? Porque os rombos do governo federal já somam R\$77.000.000.000,00, e o Lula está aumentando tributo a rodo. Quero ver se os deputados que tiveram coragem de bater no Zema vão assinar este requerimento, esta nota de repúdio contra o governo federal pela discrepância, pela cara de pau de aumentar os impostos, aumentar os tributos federais. Isso é incoerência. Você não pode chegar aqui e falar que é contra aumento de imposto estadual, ser conivente e ficar calado enquanto o Lula arrebenta os cofres públicos, aumentando impostos para a população pagar. Então tenham coerência e sempre votem “não”, tanto para imposto estadual quanto para imposto federal.

O presidente (deputado João Vítor Xavier) – Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Bom, eu queria destacar que os preços da picanha e do filé mignon nunca estiveram tão baixos no Brasil e que o governo Lula isentou os itens da cesta básica do pagamento de impostos. Entretanto, hoje, o governador Zema acabou de aumentar o preço da cerveja – não só da cerveja, não, gente? –, de itens importantes e fundamentais considerados por ele supérfluos, como telefone celular, instrumento de trabalho para tantas pessoas, para mim, para o motobói e para vários trabalhadores e trabalhadoras. É muita cara de pau do governo Zema, depois de ter isentado Salim Mattar, dono da Localiza, em R\$1.000.000.000,00 no pagamento de impostos, querer agora aumentar o imposto que incide sobre o custo de vida da população em 2%, o que também prevê uma arrecadação de R\$1.000.000.000,00 para o Estado. Está muito evidente que a população mineira está pagando a conta do Salim Mattar, está pagando a conta das locadoras de veículos, que nunca lucraram tanto neste estado. Isso é vergonhoso. É vergonhosa a forma como Zema produz injustiça tributária no Brasil. Graças ao trabalho da Assembleia Legislativa, que conseguiu retirar itens como ração para *pets*, animais e produtos de higiene bucal da lista dos produtos que Zema considerava supérfluos, não veremos os impostos incidirem sobre eles. Graças ao trabalho do Bloco Democracia e Luta, esses impostos não vão ser colocados para o infinito, indeterminadamente. Esse aumento de impostos, que foi aprovado por apenas 31 deputados desta Casa, vai valer apenas até 2026. Conseguimos colocar um limite na maldade do governador Zema. Também é importante dizer que uma emenda que eu fiz foi parcialmente acatada, e nós temos hoje uma vinculação das receitas obtidas destinadas a fundo de assistência social. É vergonhoso ver como o governo tem desviado os recursos do Fundo de Erradicação da Miséria, que foram apresentados como justificativa para o aumento de impostos da população. Os recursos desse fundo não estão sendo utilizados para as atividades finalísticas, e a extrema pobreza cresce no Brasil. Quando eu falo em números, falo em 10%; quando falo da realidade das pessoas,

falo da situação de 206 bebês de até 1 ano que morreram por desnutrição em Minas gerais em 2022; falo de 8,6% da população que passa fome, enquanto o recurso do Fundo da Erradicação da Miséria era desviado. Pois bem, conquistamos que, até 2026, uma vinculação direta de 25% desse valor arrecadado pela sobretaxação dos impostos vá para o Fundo de Assistência Social. São mais de 4 mil equipamentos de assistência social no Estado subfinanciados. A gente espera, com essa medida, aliviar um pouco a situação de falência do Sistema Único de Assistência Social no nosso estado. Quero dizer também que a luta continua. Nós apresentamos um projeto de lei para alterar o Fundo de Erradicação da Miséria e impedir o desvio de gastos dele, aumentando o controle social e a participação social. E por já termos identificado desvio de orçamento, além de descumprimento da própria lei do fundo no que se refere à participação popular, estamos encaminhando para o Tribunal de Contas do Estado um pedido de auditoria do Fundo de Erradicação da Miséria. Aumentar impostos da população mais pobre e dizer que é para erradicar a miséria e roubar o recurso da miséria para poder pagar ao Salim Mattar é uma vergonha. Na minha opinião, isso deveria levar ao impeachment do Romeu Zema.

O deputado Noraldino Júnior – Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Meu colega, deputado Professor Cleiton, tive a honra de tê-lo nessa grande batalha da proibição de aumento dos impostos para ração e produtos pet. V. Exa. foi um grande parceiro nessa luta, e fica, desde já, o nosso agradecimento. Ontem nós estávamos fazendo um vídeo, e eu agradecendo a V. Exa. Eu quero agora, depois de passadas essas três semanas de tanta turbulência, de tanta luta, fazer aqui um agradecimento. Um agradecimento a toda a rede de proteção animal, a todo o ativismo da proteção animal, não só de Minas, mas de todo o Brasil, que teve envolvimento direto nessa votação; que pode me ajudar a levar a cada senhora deputada e a cada senhor deputado a realidade, a dificuldade que todos nós, protetores, vivemos. E não só os protetores, mas todos que têm animal em suas casas. Animais não humanos, de quatro patas, mas que significam muito para nós; que pertencem à nossa família, à família multiespécie. Então fica aqui esse agradecimento a todos vocês. Agradeço também ao presidente desta Casa, deputado Tadeu Martins Leite, que, quando chegou essa matéria, foi o primeiro com quem compartilhei a minha angústia, a minha indignação e a minha tristeza de ver uma atitude como essa, de sacrificar ainda mais as pessoas que estão nas suas casas, que já estão tendo dificuldade para colocar a ração no pote ou no prato de comida de todos os animais. Fica aqui o meu agradecimento a todos vocês. Agora eu quero fazer um agradecimento a todos os deputados. Eu ouvi aqui algumas pessoas colocando que essa conquista é de bloco “a”, é de bloco “b”, é de bloco “c”, e quero dizer o seguinte: não vou trazer aqui, nesta tribuna, e dizer que essa conquista foi do deputado Noraldino Júnior. Eu posso dizer que foi encampada por nós, foi encampada por mim, pela insatisfação, pela tristeza de ver uma iniciativa tão prejudicial, tão maléfica trazida a esta Casa. Mas eu tenho que agradecer a todos os parlamentares desta Casa. Estão aqui o deputado João Vítor, o deputado Mauro Tramonte, o deputado Elismar Prado, o deputado Bosco. A todos vocês que se sensibilizaram, porque, através dessa sensibilização, nós conseguimos mostrar ao governo que não haveria aqui... Na primeira proposta nossa, que é barrar o projeto, nós conseguimos sensibilizar os deputados e mostrar que não haveria voto, que não haveria voto suficiente. Com isso, houve a retirada, houve o acordo de aceitar a minha emenda de retirar o aumento. Eu digo isso porque nós respeitamos as iniciativas de todos os colegas. Então, a todos vocês que respeitaram a nossa iniciativa, o nosso muito obrigado; a todos vocês que tiveram sensibilidade. Infelizmente eu não consegui tudo, mas conseguimos tornar, em lei, ração item essencial e indispensável, com o apoio de diversos colegas. Para concluir, Sr. Presidente. Também do deputado Doorgal Andrada, que encampou conosco essa luta. E considerando ração item essencial e indispensável, nós proibimos, a partir de agora, que qualquer governo, seja este, seja outro, possa trazer esse adicional, possa propor novamente esse adicional na ração. Mas ainda temos uma grande luta – infelizmente eu fui derrotado na comissão –, que é diminuir o imposto de 18% para 12%. Ao considerar item essencial, abriu-se um novo caminho, um caminho para a gente trazer justiça a todos os protetores, levar justiça a todas as pessoas que têm e que cuidam de um amigo de quatro patas, que faz, muitas vezes, as vezes do ser humano, preenchendo lacunas de sentimentos importantes, que são amor, companheirismo, lealdade, alegria – valores que estão presentes nesses animais, Sr. Presidente. Então eu concluo fazendo esse agradecimento e chamando todos para a próxima grande luta, que é a luta para diminuir o preço das rações em Minas Gerais, e tornar isso exemplo para todo o País, porque hoje, ao tornar essencial a ração, eu tenho certeza de que outros estados irão seguir a nossa proposta e a nossa iniciativa. Orgulho-me de estar aqui e defender

aqueles que não têm voz; de ser a voz deles e de transmitir o sentimento de milhares de protetores que, assim como eu, enfrentam uma dificuldade muito grande para melhorar a vida desses animais e dar dignidade a eles. A todos vocês, o meu muito-obrigado. A luta continua!

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente, senhoras e senhores, pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, minhas palavras serão rápidas. Noraldino Júnior, eu, como você, votei a favor de que se retirasse a razão. Quero dizer a você, que tanto trabalha em prol dos animais, que nós também votamos a favor. Eu tenho que dizer, rapidamente, que Minas Gerais é um dos maiores fabricantes de bebidas do País. Daqui saem produtos premiados mundo afora. A gastronomia mineira, então, passa pela qualidade dessas bebidas. A elevação das alíquotas, se votada, claro que pode impactar, e muito, esse setor. Da mesma forma, os cosméticos. Nós apresentamos aqui duas emendas – as Emendas nºs 110 e 111 – para a retirada desses cosméticos, mas elas não foram acatadas. Porém, a gente fica satisfeito com o fato de a Assembleia ter acatado o pedido feito pelos líderes de retirada dos cosméticos. Eu quero deixar claro aqui, presidente, senhoras e senhores, como presidente da Comissão de Turismo e Gastronomia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que, desde 2019, fizemos inúmeras audiências públicas para falar sobre o vinho, sobre a cachaça, sobre a cerveja, sobre outras bebidas produzidas em Minas Gerais. Nós fizemos essas audiências para dar espaço aos fabricantes de bebidas para que falassem sobre os problemas enfrentados no setor, e muitos deles falaram justamente sobre os impostos. Não vou aqui criticar o governo do Estado por ter apresentado esse projeto, porque sei que ele tem suas razões para apresentá-lo. Porém, eu, como presidente da Comissão de Turismo e Gastronomia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, coloco agora minha opinião democrática e também, neste momento, declaro o meu voto, que foi pela coerência da função que exerço aqui, nesta Assembleia. Então eu queria agradecer e justificar o meu voto, dizer por que votei contra o aumento de imposto sobre as bebidas e sobre os cosméticos. Já está explicado aqui. Muitos já passaram aqui e explicaram. Agora eu o faço como criador, como alguém que, juntamente com sua equipe, deu a ideia de criar a Comissão de Turismo e Gastronomia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Fomos nós que a idealizamos, e ela foi muito bem acatada na época pelo presidente Agostinho e também muito bem acatada aqui e abraçada pelo nosso presidente Tadeu Martins Leite. Então o meu voto, a minha posição foi pela coerência do cargo que aqui exerço nessa comissão. Era só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente e demais colegas.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/9/2023

Às 9h41min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Lohanna (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e os deputados Alencar da Silveira Jr., Carlos Henrique, Cassio Soares, João Magalhães e Professor Cleiton. Havendo número regimental, a presidente, deputada Lohanna, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o papel do Estado como titular e garantidor dos serviços de saneamento básico e fornecimento de energia elétrica e a relevância das estatais Copasa e Cemig para a prestação desses serviços, bem como os parâmetros a serem utilizados para avaliação do desempenho das referidas companhias e a necessidade de se ouvir a opinião da população quanto a esses serviços. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a

discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.218/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater, a pedido dos moradores, a pavimentação da BR-367 na entrada da cidade de Berilo, que se encontra em péssimas condições de tráfego, o que vem provocando graves acidentes;

nº 4.219/2023, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Lohanna, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, a pedido do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente – Sindsema –, com a secretária de Planejamento e Gestão a reestruturação das carreiras dos servidores do meio ambiente, conforme acordo homologado pelo Poder Judiciário nos autos do Processo nº 0501441-63.2016.8.13.0000, em 19 de dezembro de 2016.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Carlos Wagner Costa Machado, economista do Dieese – Subseção do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletro-MG; Murilo de Campos Valadares, presidente do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais – Senge; Aloísio Vasconcelos, ex-presidente da Eletrobrás e Furnas e ex-diretor da Cemig; Esteliano Pereira Gomes Neto, presidente da Federação Interestadual dos Urbanitários do Sudeste – Fruse; João Bosco Senra, ex-diretor e ex-membro do conselho administrativo da Copasa-MG; Eduardo Pereira de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – Sindágua-MG; Emerson Andrada, coordenador geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria de Minas Gerais – Sindieletro-MG; Jefferson Leandro Teixeira da Silva, secretário-geral do Sindieletro-MG e secretário de formação da CUT Minas; Jessé José Freire de Souza, sociólogo e professor na Universidade Federal do ABC – UFABC; e Gustavo da Cunha Pereira Valadares, secretário da Secretaria de Estado de Governo – Segov. A presidente, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.063/2023, das deputadas Leninha, Ana Paula Siqueira, deputada Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Lohanna e Macaé Evaristo e dos deputados Betão, Betinho Pinto Coelho, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos e Ulysses Gomes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular, do governo federal, que tem a finalidade de integrar e articular as ações, os projetos e os programas da administração pública federal, estadual, distrital e municipal voltados à promoção e à defesa dos direitos humanos das catadoras e dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

nº 4.227/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações, consubstanciadas em relatório técnico, sobre a composição da equipe técnica que o acompanhou em viagem à Europa, em setembro de 2023, para vistoriar obras;

nº 4.228/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as alterações na base de cálculo da tarifa de energia elétrica nos últimos cinco anos, considerando o que era custo fixo e passou a ser custo variável ou investimento;

nº 4.229/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os projetos sociais que a Cemig desenvolve atualmente e se há garantias de que serão mantidos em caso de alienação do controle acionário;

nº 4.230/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os critérios utilizados pelo governo para avaliar o valor da Cemig e da Copasa, cujos processos de privatização estão em discussão, e sobre os valores atribuídos às referidas empresas e às respectivas marcas;

nº 4.231/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os critérios adotados para a nomeação de profissionais para atuarem em cargos de direção ligados a áreas técnicas da Copasa, da Cemig, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG;

nº 4.232/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os estudos técnicos realizados e as ações adotadas para mitigar a possibilidade de reajustes elevados de tarifas nas privatizações no Estado, como ocorreu nos Estados de Goiás e do Amapá;

nº 4.233/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Associação das Câmaras Municipais de Minas Gerais, à Associação Mineira de Municípios – AMM – e à Frente Mineira de Prefeitos – FMP – pedido de providências para que fomentem e promovam debates sobre a possibilidade de privatização da Cemig e da Copasa;

nº 4.234/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o andamento das obras previstas pela empresa para o período de janeiro de 2019 até agosto de 2023, o número de agências exclusivas da Cemig ou em parceria com pequenos comércios no mesmo período e a motivação do fechamento de agências;

nº 4.235/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira, Lohanna e Leninha e dos deputados Ricardo Campos, Professor Cleiton, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o diretor-presidente da Cemig, com a finalidade de debater a gestão dessa empresa e o atendimento por ela prestado aos seus clientes;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/9/2023

Às 10h14min, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves e os deputados Tito Torres e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber,

discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* do Sisema, encaminhando convite para o programa Sisema ComCiência, com o tema “Controle e monitoramento: avanços tecnológicos na gestão ambiental”, transmitido pelo canal Meio Ambiente Minas Gerais, no YouTube, dia 21/9/2023, às 14 horas; e da ArcelorMittal Brasil, encaminhando o Relatório de Sustentabilidade 2022. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios (3) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (12/5/2022 e 3/8/2023). O presidente avoca a relatoria do Plano de Trabalho do Tema em Foco Edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido à votação, é aprovado o Plano de Trabalho do Tema em Foco Edição 2023-2024, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. E também submetidos à votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nºs 3.646, 3.843, 3.844, 3.865, 3.893, 3.895, 3.924, 3.932, 4.054, 4.099, 4.104, 4.105, 4.108 e 4.109/2023. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.068/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os compromissos que foram cumpridos e os que não o foram pela empresa Bação Logística S.A., conforme termo de ajustamento de conduta assinado com essa secretaria em 26/7/2019, devido a problemas no processo de licenciamento ambiental do terminal minerário a ser instalado no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito;

nº 3.071/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Polícia Federal – PF – pedido de providências para a investigação de crime ambiental pela supressão de Mata Atlântica e captação de água sem outorga ou licenciamento, como consta nos processos de autuação no Relatório Técnico de Fiscalização da Semad nº 94/2018;

nº 4.148/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas na lista de obras e intervenções no sistema de transporte e trânsito em Minas Gerais advindas como contrapartida do processo de renovação antecipada da concessão ferroviária da MRS Logística;

nº 4.149/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada visita ao Ministério dos Transportes com a finalidade de discutir o processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias e a destinação dos recursos de outorga para o Estado de Minas Gerais;

nº 4.150/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as iniciativas da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias durante o processo de renovação antecipada da concessão da empresa MRS Logística para representação dos interesses de Minas Gerais, bem como sobre os fatores que justificam a anuência a esse processo, relatada durante audiência pública realizada na ALMG, em 14/9/2023, a despeito da destinação proporcionalmente reduzida dos recursos de outorga para o Estado;

nº 4.151/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater, a pedido do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente – Sindsema –, com a Secretária de Planejamento e Gestão a reestruturação das carreiras dos servidores do meio ambiente, conforme acordo homologado pelo Poder Judiciário nos autos do Processo nº 0501441–63.2016.8.13.0000, em 19 de dezembro de 2016;

nº 4.156/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao terreno do ambientalista Jurandir Persichinni Cunha, no Município de Rio Acima, para verificar as ações de preservação ambiental desenvolvidas na área pelo proprietário há mais de 40 anos e as constantes ameaças e intimidações por parte de empresas mineradoras que têm interesse na região, que abriga um trecho da Estrada Real;

nº 4.224/2023, do deputado Ulysses Gomes e da deputada Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a urgente necessidade de apresentação do Plano Ambiental de Fechamento de Minas da Serra do Curral – Pafem;

nº 4.246/2023, dos deputados Tito Torres e Noraldino Júnior e da deputada Bella Gonçalves, em que requerem sejam encaminhados ao governador do Estado carta que trata do plano de carreira dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e pedido de providências para que seja agendada reunião para debater o tema, para a qual seja convidada a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;

nº 4.247/2023, da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Tito Torres e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia do Plano Estadual de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, esteja ou não concluído;

nº 4.248/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a previsão de recebimento de recursos dos termos de ajustamento de conduta relativos ao rompimento das barragens de Mariana e de Brumadinho e sobre o calendário das obras para a garantia de abastecimento de água e de saneamento básico nas bacias hidrográficas do Rio Paraopeba e Rio Doce;

nº 4.249/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral da República do Ministério Público Federal, em Belo Horizonte, pedido de informações sobre a previsão de recebimento de recursos dos termos de ajustamento de conduta relativos ao rompimento das barragens de Mariana e de Brumadinho e sobre o calendário das obras para a garantia de abastecimento de água e de saneamento básico nas bacias hidrográficas do Rio Paraopeba e Rio Doce;

nº 4.250/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Ione Pinheiro e dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações que a secretaria vem desenvolvendo para apoiar a universalização do saneamento até 2033 e a regionalização dos serviços no Estado, em cumprimento ao disposto no Novo Marco Legal de Saneamento – Lei nº 14.026, de 2020 –, em que se esclareça se o Projeto de Lei nº 2.884/2021, que trata da instituição das unidades regionais de saneamento no Estado, que foi arquivado ao final da legislatura passada, será reapresentado;

nº 4.251/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Ione Pinheiro e dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os desafios para uma efetiva execução do Fhidro no Estado, em especial quanto às seguintes questões: ações e projetos financiados por ele, execução orçamentária e contingenciamento de seus recursos e necessidade de revisão do marco legal desse fundo;

nº 4.252/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Ione Pinheiro, dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os principais desafios para a universalização do saneamento no Estado até 2033, a regionalização desses serviços (nos termos do Novo Marco Legal de Saneamento – Lei nº 14.026, de 2020), a erradicação dos lixões e a correta destinação dos resíduos sólidos em aterros sanitários;

nº 4.253/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Ione Pinheiro e dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os principais desafios para o atendimento das áreas rurais do Estado com sistemas efetivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, assim como para a aplicação de novas tecnologias ao saneamento nessas regiões;

nº 4.254/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Ione Pinheiro e dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações que a secretaria vem desenvolvendo para apoiar os municípios do Estado na correta gestão e disposição dos resíduos sólidos e na erradicação dos lixões, bem como sobre a evolução dos dados dos municípios mineiros relativos à disposição desses resíduos, demonstrando quantos são atendidos por aterros sanitários, por aterros controlados ou por usinas de triagem e compostagem e quantos ainda possuem lixões, em relação ao biênio 2023-2024;

nº 4.255/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Ione Pinheiro e dos deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações e os projetos executados com recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro – no Estado, sua execução orçamentária e o possível contingenciamento de seus recursos entre janeiro de 2019 e dezembro de 2024, bem como se o Projeto de Lei nº 2.885/2021, que trata da revisão do marco legal do Fhidro e que foi arquivado ao final da legislatura passada, será reapresentado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a visita técnica a ser realizada no dia 22/9/2023, no Município de Caldas, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2023.

Ione Pinheiro, presidente – Noraldino Júnior.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/9/2023

Às 9 horas, comparecem à reunião os deputados Roberto Andrade, Dr. Maurício (substituindo o deputado Oscar Teixeira, por indicação da liderança do BMF) e Ulysses Gomes (substituindo a deputada Ana Paula Siqueira, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes e Rodrigo Lopes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os desafios que o setor vitivinícola enfrenta no Estado na produção e comercialização de vinhos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Margot Navarro Graziani Pioli, prefeita Municipal de Andradas; Renata Vieira da Mota, pesquisadora da Epamig e coordenadora do Programa Estadual de Pesquisa em Viticultura, representando a presidente; Heloísa Bertoli, presidente do Sindicato da Indústria do Vinho do Estado de Minas Gerais – Sindvinho; Rosana Aparecida Sibila Fraga de Souza, da Associação Comercial, Industrial e Rural de Andradas – Acira; e os Srs. Gamalier Lopes de Paiva, assessor da Diretoria de Análise de Investimentos da Secretaria de Estado de Fazenda, representando o secretário; Ronaldo Tognarelli, assessor da Diretoria de Análise de Investimentos da Secretaria de Estado de Fazenda, representando Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário; Fernando Abreu, diretor de Arranjos Produtivos e Cooperativismo, representando o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Rogger Miranda, gerente Regional de Passos do Sistema Faemg-Senar, representando Antônio Pitanguí de Salvo, presidente; Matheus Casemiro, engenheiro agrônomo e gerente executivo da Associação Nacional de Produtores de Vinhos de Inverno – Anprovin, a presidente; Maurílio Augusto Fleury Amaral, vice-presidente da Associação Brasileira de Sommeliers Seção Minas Gerais – ABS Minas, representando a presidente; Gervásio Ribeiro Beloto, sócio-proprietário da Beloto; Rogério Basso, sócio-proprietário da Basso; José Procópio Stella, sócio-proprietário da Stella Valentino; Flávio Muterle, proprietário da Vinhos Muterle; Adilson Carlos dos Santos, sócio-presidente da Câmara Municipal de Andradas; Phelipe Marcon, sócio-proprietário do Marcon, representando Paulo Marcon, sócio-proprietário; e Carlos Marcon, proprietário da Casa Geraldo. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra ao deputado Ronaldo Lopes, coautor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.347/2023, dos deputados Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Antonio Carlos Arantes, Dr. Maurício e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado pedido de providência à Secretaria de Estado de Fazenda para a imediata inclusão dos vinhos e derivados da uva no rol de mercadorias classificadas, sob o ponto de vista tributário, como bens essenciais, com produção de efeitos em termos do ordenamento tributário estadual;

nº 4.348/2023, dos deputados Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Antonio Carlos Arantes, Dr. Maurício e Ulysses Gomes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a política estadual de promoção de exportações;

nº 4.352/2023, dos deputados Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Antonio Carlos Arantes, Dr. Maurício e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa pedido de providências para que seja dada celeridade à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2015, que altera o percentual de recursos destinados ao financiamento de instituições de fomento à pesquisa agropecuária – Epamig;

nº 4.353/2023, dos deputados Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Antonio Carlos Arantes, Dr. Maurício e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências com vistas à concessão de diferimento do pagamento do ICMS à cadeia setorial do vinho, com a finalidade de promover correção da distorção econômico-financeira, em termos de fluxo de caixa, derivada do regime de substituição tributária ao setor, equivocadamente operacionalizada;

nº 4.354/2023, dos deputados Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Antonio Carlos Arantes, Dr. Maurício e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para a definição de benefícios tributários aos insumos utilizados na cadeia produtiva do vinho (garrafas, rolhas, rótulos e outros), no escopo do tratamento tributário setorial atualmente vigente;

nº 4.356/2023, dos deputados Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Antonio Carlos Arantes, Dr. Maurício e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para extinção do instrumento da substituição tributária exigida para a cadeia produtiva dos vinhos, tendo em vista que as demais unidades federativas já efetivaram a extinção desse instrumento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2023.

Roberto Andrade, presidente – Oscar Teixeira – Gil Pereira.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/9/2023

Às 15h12min, comparece à reunião a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a implementação, os recursos e as políticas relacionadas ao Fundo de Erradicação da Miséria – FEM. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da Sra. Bárbara Isadora Santos Sebe Nardy, juíza de direito da Vara de Execuções Penais de Ribeirão das Neves, encaminhando despacho judicial dos autos do Processo nº 4401470-76.2023.8.13.0231, em andamento na vara de corregedoria, sobre o custodiado Karyton Pires Silva, para conhecimento. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: do Ministério Público de Minas Gerais (um ofício em 2/6/2023); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 21/9/2023); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 1º/6/2023 e um ofício em 1º/9/2023); da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (um ofício em 19/8/2023); e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em

31/8/2023). A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença das deputadas Bella Gonçalves, membro da comissão, e Ana Paula Siqueira. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Simone de Faria Narciso Shiki, presidenta do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG; Daniela Tifany, secretária de Desenvolvimento Social, Trabalho e Segurança Alimentar e Contagem; Sara Costa Felix Teixeira, diretora-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – Affemg; Letícia Santos Souza, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST; Rosilaine Rita dos Santos, servidora da secretaria de Assistência Social de Carmo do Paranaíba e integrante do Congemas; Bruna Campelo Marciano, integrante do Movimento dos Trabalhadores sem Teto; e os Srs. Fausto Henrique Almeida de Oliveira, representante da Pastoral de Rua de Belo Horizonte, representando a coordenadora; Felipe Magno Parreiras de Sousa, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag; Matheus Eduardo Braga Lopes Bragança Silva, subsecretário de Planejamento e Gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a secretária; Wellington Donizete Marques de Lima, presidente do Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – Suas – e conselheiro do Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas. A presidência registra a presença remota das Sras. Ivone Pereira Costa Silva, ex-presidente do Conselho de Gestores do Sistema Único de Assistência Social; e Jorgiane Suellen, presidente do Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social de Minas Gerais. A presidenta, na qualidade de coautora do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra, cada uma por sua vez, às deputadas Ana Paula Siqueira e Bella Gonçalves, também coautoras do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/9/2023

Às 9h42min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM) e os deputados Sargento Rodrigues e Charles Santos (substituindo o deputado Delegado Christiano Xavier, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, conhecer e debater o substitutivo a ser apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 65/2021, que altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, o qual seria fruto de consenso entre o governo, a chefia da instituição e os sindicatos e entidades de classe. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Aline Risi dos Santos, presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado De Minas Gerais – Aespol; Maria de Lurdes Camilli, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; e os Srs. Aloísio Daniel Fagundes, delegado assistente da Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, representando a chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG; Renato de Alcino Vieira, diretor do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; Wilton Ribeiro de Sales, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais – Sindpecri; Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG; Paulo Vitor de Oliveira, presidente do Sindicato dos

Servidores Administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais – Siapol; Heuber Dornas Pereira, vice-presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais – Acemg; Wemerson Silva de Oliveira, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.287/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para conhecer os trabalhos já realizados pela comissão instituída para elaboração de minuta da Lei Orgânica da Polícia Penal do Estado de Minas Gerais – PPMG – e, caso já exista alguma proposição, debater o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais e administrativas proposto;

nº 4.288/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para o aumento do efetivo empenhado no Hospital da Polícia Militar – HPM –, principalmente de clínicos gerais, pois, devido ao número reduzido de efetivo e à sobrecarga de trabalho, os pacientes com pouca urgência estão tendo que aguardar em média 4 horas para receber atendimento médico, e existem candidatos aprovados no concurso para o Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar de Minas Gerais – Edital DRH-CRS nº 2/2023, que, se convocados, atendem à permanente necessidade de efetivo no Núcleo de Atenção Integral à Saúde do referido hospital;

nº 4.326/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja mantida a realização do Curso Especial de Formação de Sargentos do Corpo de Bombeiros Militar 2024 na modalidade virtual de ensino, ou, na impossibilidade, na modalidade híbrida, tendo em vista que muitos militares precisam fazer grandes deslocamentos de suas regiões para a capital no período de duração do curso, causando transtornos e dispêndios desnecessários;

nº 4.327/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a investigação, com urgência e cuidado, das ameaças sofridas pelo vereador Eduardo Lucio Assimos Braga, conhecido como Dudu Braga, do Município de Betim, em razão de sua atuação como parlamentar dessa cidade;

nº 4.334/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para o imediato reforço do efetivo da Delegacia de Polícia Civil de Guarani com a designação de um escrivão de polícia, tendo em vista que a delegacia não possui nenhum escrivão, e para a destinação à delegacia de uma viatura de polícia, pois o município conta com apenas uma viatura fabricada em 2014 e que se encontra sucateada;

nº 4.335/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Resolução nº 487, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário, e a manutenção das atividades do Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, localizado em Barbacena;

nº 4.336/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura de polícia apropriada para realizar o serviço operacional da PMMG na zona rural do Município de Tabuleiro, região que sofre com o aumento da criminalidade, em especial na zona rural, com a ocorrência de roubos, homicídios, latrocínios e outros crimes contra a vida e o patrimônio;

nº 4.337/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Casa da Mulher Mineira, da delegacia de Polícia Civil, vinculada à Demid-Defam, no Município de Belo Horizonte, para conhecer *in loco* as condições de trabalho, o efetivo existente, as instalações físicas da unidade e o trabalho realizado;

nº 4.338/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita às unidades da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais para conhecer *in loco* o efetivo policial e administrativo existente, bem como verificar as instalações físicas, os equipamentos disponíveis e as necessidades dos servidores públicos para desempenharem adequadamente suas funções;

nº 4.340/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que as cidades de Jenipapo e Francisco Badaró sejam incluídos no atendimento da Circunscrição Regional de Trânsito de Araçuaí;

nº 4.364/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para proceder à homologação parcial do concurso público para provimento do cargo de policial penal, regido pelo Edital Sejusp nº 2, de 17 agosto de 2021, e promover a nomeação e posse dos candidatos dos Grupamentos 1 e 2 aprovados no Curso de Formação Técnico Profissional – CFTP –, salientando-se que esses candidatos cumpriram com o item 15.1.1 do Edital, que exigia dedicação exclusiva, e muitos aguardam pela nomeação e posse enfrentando dificuldades financeiras, uma vez que, ao se desligarem de seus empregos, receberam apenas uma parcela única de auxílio no valor correspondente a 50% do vencimento básico inicial do cargo de agente de segurança penitenciário;

nº 4.365/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com policiais militares que participaram da ocorrência, em Conselheiro Lafaiete, no dia 16/2/2023, que culminou na prisão de um autor de tráfico drogas e na apreensão de uma pistola calibre 9mm, 63 munições intactas 9mm, 368 pedras de *ecstasy*, 3 barras de cocaína, 50 mil reais em dinheiro e um veículo que era utilizado para o tráfico de drogas;

nº 4.366/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para atender ao requerimento de transferência formulado pela Cb. PM Viviane Silva Gomes, nº 159.967-9, que atualmente exerce suas atividades na cidade de Muriaé, para alguma unidade localizada na cidade de Juiz de Fora, uma vez que foi diagnosticada com depressão e síndrome do pânico e está fazendo o tratamento nessa cidade, onde residem seus pais idosos, que necessitam de auxílios constantes por parte da policial militar, e o fato de trabalhar em Muriaé vem prejudicando seu tratamento médico, que precisa ser constante;

nº 4.368/2023, do deputado Sargento Rodrigues e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para o envio urgente à Seplag e à Segov da minuta de projeto de lei a respeito dos novos critérios para a promoção e progressão na PCMG, fruto de consenso entre os sindicatos e entidades de classe, considerando que o delegado de polícia Aloísio Daniel Fagundes, representante da PCMG na audiência pública da comissão, informou que a minuta foi recebida, mas ainda se encontra em análise, não havendo até o momento um prazo estabelecido para a continuidade de sua tramitação;

nº 4.373/2023, do deputado Sargento Rodrigues e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam novamente ouvidos os sindicatos e entidades de classe da PCMG no caso de qualquer alteração na minuta de projeto de lei complementar a respeito dos novos critérios para a promoção e progressão no órgão, fruto de consenso, de maneira a garantir que o texto a ser enviado à Secretaria do Planejamento e Gestão e à Secretaria de Governo assegure esse importante e imprescindível aspecto, considerando que o delegado de polícia Aloísio Daniel Fagundes, representante da instituição na audiência pública, informou que a minuta recebida está sob análise de um grupo de estudos no âmbito da chefia da PCMG e que, portanto, poderá sofrer alterações após a conclusão dos trabalhos;

nº 4.374/2023, do deputado Sargento Rodrigues e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a adoção das medidas cabíveis para o encaminhamento à ALMG, com a devida urgência, de projeto de lei complementar que disponha sobre novos critérios para a promoção e progressão na Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, ressaltando-se que a minuta de projeto de lei complementar fruto de consenso entre os sindicatos e entidades de classe da instituição já foi entregue à chefia da PCMG em julho deste ano, que o quórum para a aprovação de tal proposição é qualificado, que se avizinha o recesso parlamentar previsto para dezembro de 2023 e que, com a tramitação e aprovação do Regime de Recuperação Fiscal ainda neste ano, uma série de obstáculos se apresentarão no tocante a proposições que tratem da estrutura de cargos e carreiras no serviço público estadual, observado o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e os deputados Coronel Sandro e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 2/10/2023, às 13 horas, à ocupação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer o trabalho desenvolvido na creche comunitária.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2023, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação das migrantes e refugiadas em Minas Gerais e de famílias lideradas por mulheres.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Elismar Prado e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2023, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos pescadores profissionais

artesanais, pescadores de fato e de subsistência, atingidos por grandes empreendimentos, principalmente no tocante às declarações e aos documentos que comprovam a situação de pescadores, à atenção dos governos federal, estadual e municipais a esse público e ao acesso às políticas públicas e ao desenvolvimento da atividade pesqueira no Estado.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2023.

Marquinho Lemos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Carlos Henrique, Cássio Soares e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a situação atual da bacia, passados sete anos do rompimento da Barragem de Fundão, e as propostas de ações, visando à reparação desses impactos, do ponto de vista do meio ambiente e da população ribeirinha atingida.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2023.

Ulysses Gomes, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.838/2022

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Virgílio Guimarães, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Barreiro, com sede no Município de Monte Azul.

Arquivado ao final da legislatura passada, conforme o art. 180 do Regimento Interno, a proposição foi desarquivada a pedido do deputado Ricardo Campos, na forma do art. 180-A do mesmo diploma legal.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Barreiro, com sede no Município de Monte Azul, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca desenvolver projetos de combate à fome e à pobreza, de proteção à saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência, e dos idosos, incluindo assistência médica e odontológica,

de reabilitação de pessoas com deficiência, além de promover a cultura, a educação, o esporte e o lazer, e a proteção ao meio ambiente.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Barreiro no Município de Monte Azul, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.838/2022, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2023.

Betão, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 304/2019

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 304/2019, de autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Portadores de Câncer do Triângulo Mineiro – AAPCTEM –, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 304/2019

Declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Portadores de Câncer do Triângulo Mineiro – AAPCTM –, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência aos Portadores de Câncer do Triângulo Mineiro – AAPCTM –, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2023.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Enes Cândido – Adriano Alvarenga.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.295/2023

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.295/2023, de autoria do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, com a Emenda nº 3 ao Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.295/2023

Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O *caput* e o inciso VI do art. 12-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentado ao mesmo artigo o seguinte § 6º:

“Art. 12-A – Fica estabelecido, para financiamento das ações do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, criado pela Lei nº 19.990, de 29 de dezembro de 2011, em especial para o pagamento integral do Piso Mineiro de Assistência Social e de acordo com o disposto no § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, com vigência até 31 de dezembro de 2026, o adicional de dois pontos percentuais na alíquota prevista para a operação interna que tenha como destinatário consumidor final, contribuinte ou não do imposto, com as mercadorias abaixo relacionadas, inclusive quando a alíquota for fixada no regulamento do imposto:

(...)

VI – perfumes, águas-de-colônia, cosméticos e produtos de toucador, exceto xampus, preparados antissolares, sabões de toucador de uso pessoal, preparações para higiene bucal ou dentária e fios dentais;

(...)

§ 6º – Os recursos advindos do adicional a que se refere o *caput* terão destinação mínima de 15% (quinze por cento) para o Fundo Estadual de Assistência Social – Feas –, podendo alcançar 20% (vinte por cento) em 2025 e 25% (vinte e cinco por cento) em 2026.”.

Art. 2º – Fica acrescentado à Lei nº 6.763, de 1975, o seguinte art. 12-B:

“Art. 12-B – Para fins da incidência do ICMS, a razão tipo *pet* é considerada bem essencial e indispensável, que não pode ser tratado como supérfluo.”.

Art. 3º – Fica revogado o inciso V do art. 12-A da Lei nº 6.763, de 1975.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente, após decorridos noventa dias da publicação.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2023.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Enes Cândido – Adriano Alvarenga.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 25/9/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 1º/10/2023, Alexandre Dutra Gomes, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

exonerando, a partir de 1º/10/2023, Alexandre Moreira Vertelo, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

exonerando Isa Pereira Dias, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Oscar Teixeira;

exonerando Lucas de Souza Garcia, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Redação;

exonerando Lúcio Carlos Chemicatti Filho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

exonerando, a partir de 2º/10/2023, Pio Adrian Souza Meier, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Saúde;

exonerando, a partir de 1º/10/2023, Samara Rayane dos Santos Marim, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

nomeando Emanuely Ricarda Flávio Fonseca Sampaio, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Oscar Teixeira;

nomeando José Arnaldo Vasconcelos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

nomeando Milena Canton Garcia, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Redação;

nomeando Pio Adrian Souza Meier, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Chiara Biondini;

nomeando Thalita Fernandes Ramos de Oliveira, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lud Falcão.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 51/2023

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 106/2023

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que a sessão pública virtual do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a contratação de serviço de transporte de passageiros em ônibus, fica adiada para as 15 horas do dia 16/10/2023.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 86/2023

Número no Siad: 9276489-9

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. Objeto do contrato: contratação de empresa especializada em prestação de serviços, com cessão de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Diretoria de Comunicação Institucional e de outras áreas da ALMG. Objeto do aditamento: reajuste dos preços dos itens previstos como “benefícios anuais, mensais e diários” e “insumos diversos” na planilha de custos, cujos preços não estejam previstos em convenção coletiva de trabalho, e revisão do preço em função das alterações dos valores dos vales-transporte. Vigência: a partir da data da sua assinatura, com indenização do período anterior. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/9/2023, na pág. 114, onde se lê:

“Brenda Moreira Santos”, leia-se:

“Brenda Moreira Salomão”.

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/9/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/9/2023, na pág. 44, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 3.769/2023, suprima-se o seguinte:

“; e seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a auditoria realizada em 2022 no referido hospital”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 29/9/2023, na pág. 81, onde se lê:

“exonerando Thalita Fernandes Ramos de Oliveira”, leia-se:

“exonerando, a partir de 2/10/2023, Thalita Fernandes Ramos de Oliveira”.